

# Relatório de Gestão e Contas de 2017



*RWC*  
**NORDESTE  
ATIVO E.M., S.A.**



 Rua Dr. Manuel João da Silveira nº1-A

 296 488 364

 296 488 366



*Am. Borges*

*[Signature]*

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**EXERCÍCIO DE 2017**

Nos termos da Lei e do pacto social o Conselho de Administração da **NORDESTE ATIVO E.M., S.A.** apresenta à Assembleia Geral da Sociedade o **RELATÓRIO DE GESTÃO** referente ao exercício de 2017.

**ACTIVIDADE EMPRESARIAL**

A missão desta empresa tem por fim satisfazer as necessidades de captação e distribuição de água para consumo público, da recolha, tratamento e rejeição de efluentes, da recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos e a higiene pública no concelho do Nordeste.

Correspondendo às solicitações cada vez mais exigentes de uma maior eficiência dos serviços disponíveis á população e dos novos desafios que se impõe numa cultura de objetivos face a uma cultura de regras.

Os principais objetivos são:

- a) A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste;
- b) A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas.

## **EXPLORAÇÃO**

### **Enquadramento Macro Económico**

#### **Conjuntura Nacional**

O ano de 2017 foi mais um ano de consolidação da evolução positiva da economia portuguesa, com taxas de crescimento a rondar os 2,5% e com progressos consideráveis na contenção do défice público.

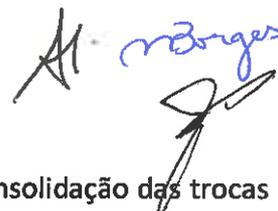
Depois de vários anos de retração determinado, em parte, pela conjuntura internacional, mas em muito pelas políticas que tiveram de ser implementadas para se atingir a consolidação orçamental, 2017 é mais um ano de estabilização dos níveis de despesa pública, como forma de controlo do endividamento público, com a ajuda de uma conjuntura externa boa em geral e excelente no que diz respeito à evolução do turismo.

O ano de 2017 já se afigurava com alguma tranquilidade de evolução o que veio a confirmar-se.

Em 2017, Portugal exibiu um bom desempenho perante os mercados, com algumas empresas de “rating” a melhorarem a situação do país ou a sinalizarem melhorias. A taxa de crescimento da economia representa uma evolução bastante positiva quando comparada com os 1,6% do ano anterior.

A taxa de desemprego que, em dezembro de 2013, havia atingido os 16,3%, caiu para 13,9% em dezembro de 2014. A tendência decrescente acentuou-se ao longo de 2015, com registo de uma taxa de 12,5%. O ano de 2016 fecha com uma taxa de desemprego deve situar-se nos 10,5%. Em 2017 a esta taxa desce para 8,9%. A variação favorável do desemprego pode ser associada à evolução favorável do PIB.

Mais uma vez, o crescimento do país acontece numa conjuntura positiva continuada, criada na Europa, através de uma política monetária expansionista que vem provocando quebras sucessivas nas taxas de juro, com algumas taxas de referência a evidenciar valores negativos.



No sector real, as exportações de bens e serviços evidenciou uma consolidação das trocas externas e uma expansão continuada do sector do turismo que voltou a registar recordes em 2017.

Para 2018 a expectativa continua a ser de melhoria da situação económica, por via de melhorias internas, particularmente do consumo privado, esperando-se a continuidade do desenvolvimento positivo do turismo sustentado nos atributos do país e na melhoria do desempenho económico da Europa e mesmo Mundial. O crescimento do país acontece numa conjuntura positiva continuada, criada na Europa, através de uma política monetária expansionista que vem provocando quebras sucessivas nas taxas de juro, com algumas taxas de referência a evidenciar valores negativos.

No sector real, as exportações de bens e serviços evidenciou uma consolidação das trocas externas e uma expansão continuada do sector do turismo que voltou a registar recordes em 2016.

Para 2017 a expectativa é de melhoria continuada da situação económica, por via de melhorias internas, particularmente do consumo privado, esperando-se a continuidade do desenvolvimento positivo do turismo sustentado nos atributos do país e na melhoria do desempenho económico da Europa e mesmo Mundial.

### **Conjuntura da Região Autónoma dos Açores**

A situação económica nos Açores vinha registando evoluções muito desfavoráveis com o indicador de desemprego a evidenciar valores mais elevados do que os nacionais, mas mesmo assim em queda. O desemprego voltou a cair, de forma acentuada, acompanhando a tendência nacional e o turismo voltou a crescer, de forma acentuada, ainda em função da alteração do modelo de acessibilidades que permitiu a operação de empresas aéreas designadas “lowcost”.

Em 2017 consolidou-se a inversão do abrandamento económico que vinha caracterizando os setores da construção e do turismo. Espera-se a consolidação de uma inversão similar no comércio, na restauração e numa multiplicidade de outros serviços.

**Desemprego:** A taxa de desemprego verificada no 4º trimestre de 2017 é de 8,3%, prosseguindo a diminuição homóloga iniciada há 14 trimestres, sendo o segundo valor mais baixo da actual série do Inquérito ao Emprego que se iniciou no 1º trimestre de 2011 (há 28 trimestres). A taxa anual em 2017 foi de 9,0%, diminuindo 2,1 p.p. relativamente a 2016. Neste trimestre, a população desempregada nos Açores, estima-se em 10.150 indivíduos, menos 2.403 desempregados que no trimestre homólogo (-19,1%) e mais 115 que no trimestre anterior (+1,1%). O nº de desempregados é também o segundo valor mais baixo em 7 anos. A taxa de desemprego para os Açores diminui 2,1 p. p. (pontos percentuais) relativamente ao trimestre homólogo e +0,1 p. p. relativamente ao trimestre anterior.

**Emprego:** A população empregada no 4º trimestre é estimada em 111.899 trabalhadores, (o segundo maior valor desde o 3º trimestre de 2009, que foi 112.261) reflectindo um aumento de 3,7% relativamente ao trimestre homólogo e de -0,4% em relação ao trimestre anterior. A taxa de emprego (15-64 anos) é de 63,4% neste trimestre, com aumentos de 2,1 p. p. relativamente ao trimestre homólogo e de -0,5 p. p. relativamente ao trimestre anterior.

#### Actividade Económica

Analisando por sectores de actividade verifica-se que a população empregada cresce em todos os sectores relativamente ao trimestre homólogo (+17,0% no primário, 3,8% no secundário e +2,0% no terciário). Comparativamente ao trimestre anterior o sector secundário apresenta um ligeiro aumento de emprego (0,1%) enquanto os sectores primário e terciário registam diminuições (2,5% no primário e 0,2% no terciário). Ainda no sector secundário é de referir o subsector da indústria transformadora com acréscimos da população empregada de 17,8% homólogo e 5,5% trimestral.

Do total de pessoas que, no 3º trimestre de 2017, se encontravam desempregadas, 56,5% saíram dessa situação no 4º trimestre de 2017, sendo que 24,8% se tornaram empregadas/os e 31,7% transitaram para a inactividade. Do total de pessoas com 15 e mais anos que, no 3º trimestre de 2017, eram consideradas inactivas, 2,8% transitaram

para o emprego e 1,7% transitaram para o desemprego, no 4º trimestre de 2017. No 3º trimestre de 2017, do total de pessoas consideradas empregadas, 94,1% mantiveram essa situação no 4º trimestre de 2017. Assim 5,9% deixaram de manter o emprego, tendo 3,7% saído para a inactividade e 2,2% para o desemprego.

#### População Activa

A população activa estimada para este trimestre, 122.048 indivíduos, apresenta um acréscimo de 1,3% relativamente ao trimestre homólogo e diminuição de 0,3% relativamente ao trimestre anterior. A taxa de actividade, no 4º trimestre, tomando como referência a população total é 49,9%, superior em 0,6 p. p. à do trimestre homólogo e menor em 0,1 p. p. à do trimestre anterior. A taxa de actividade (15-64 anos) é de 69,4% neste trimestre, superior em 0,8 p. p relativamente ao trimestre homólogo e inferior em 0,4 p. p. relativamente ao trimestre anterior.

#### Taxa de desemprego a nível nacional

A nível nacional, a taxa de desemprego no 4º trimestre de 2017 é de 8,1%, uma diminuição de 2,4 p.p relativamente ao trimestre homólogo, e de 0,4 p.p. relativamente ao trimestre anterior. Em termos anuais, a taxa de desemprego foi de 8,9% em 2017, que compara com 11,1% no ano de 2016.

Na movimentação de passageiros por via aérea e no turismo foram batidos, mais uma vez, vários recordes ao longo de 2017. O ano de 2017 deverá registar, novamente, recordes no número de turistas, no número de dormidas e nas receitas do turismo. O número de passageiros movimentados ao longo de 2017 registou, igualmente novos máximos, com taxas de crescimento nos dois dígitos. As subidas das dormidas foram acompanhadas por aumentos no RevPar (revenue per available room) da hotelaria tradicional e pelas receitas totais do turismo. O alojamento local tem vindo, também a registar recordes absolutos de hóspedes e de dormidas.

Os incrementos no turismo tiveram reflexos, igualmente, muito positivos nas atividades de animação e, sobretudo, no aluguer de automóveis e na restauração.

No caso da construção civil, outro sector de referência nesta crise, os níveis de emprego começaram a evidenciar alguma recuperação que, no entanto, se mantém muito ténue. As licenças de obras começaram a subir de forma significativa com muitas iniciativas ainda na área do alojamento local.

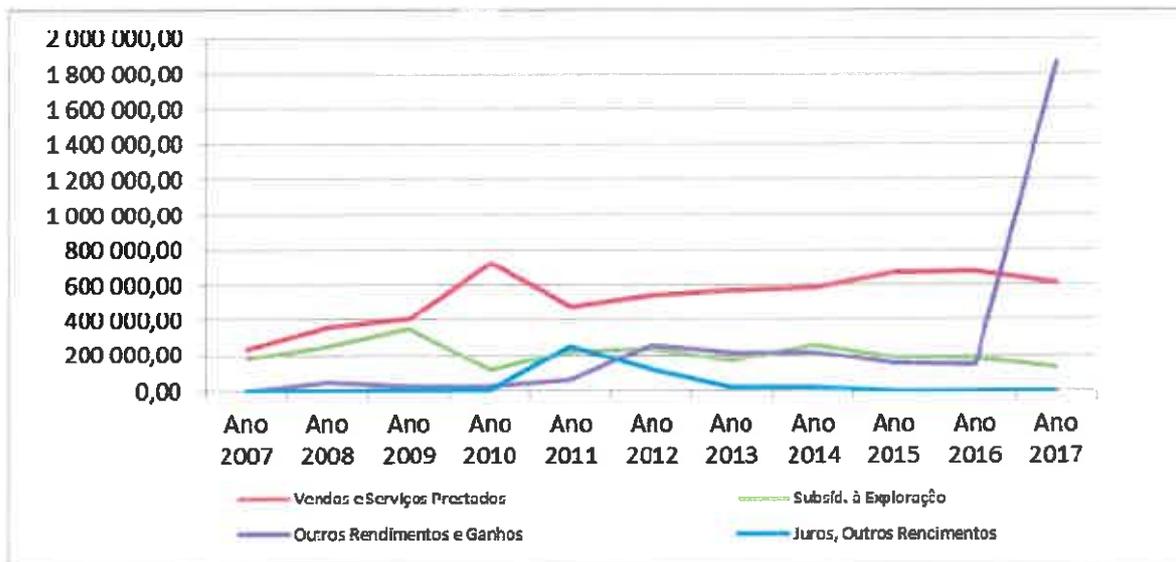
As perspetivas para 2018 continuam a ser positivas por várias razões: primeira, as economias nacional e europeia continuam a evidenciar bons sinais de retoma; segunda, a empresa aérea americana DELTA anunciou voos diretos de Nova Iorque para Ponta Delgada, com capacidade para movimentar cerca de mil passageiros por semana; terceira, continuará o impacto positivo da liberalização dos transportes aéreos para São Miguel e Terceira; quarta, a conjuntura nacional deverá continuar positiva com potenciais impactos positivos nos Açores; quinta, os documentos de despesa e investimento público regional para o ano de 2018, apontam para a estabilidade das verbas orçamentadas.

A empresa Nordeste Ativo registou uma diminuição da atividade em 2017 que se exprime na diminuição das vendas e prestações de serviços em cerca de 9.34%, relativamente ao ano de 2016, resultante da manutenção do tarifário em vigor. No que concerne ao nível de execução, obteve-se um valor abaixo do previsto no orçamento anual, em cerca de 87.260,74€, o que corresponde a uma taxa de execução de cerca de 87,49%.

Esta diminuição da atividade confirma a necessidade de aplicação de um tarifário que cubra os reais custos de exploração das atividades de Abastecimento de água, Recolha de Resíduos Urbanos e Saneamento.

<b>Rendimentos</b>	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Vendas e Serviços Prestados	583 327,09	668 875,41	673 172,33	610 281,89
Subsíd. à Exploração	254 578,05	184 463,36	182 669,00	129 823,43
Ganh.p/ Aum. Just V.				49,24
Outros Rendimentos e Ganhos	214 060,53	155 205,89	143 520,12	1 867 902,50
Juros, Outros Rendimentos	16 225,73	2,96	0,00	0,00
<b>Total de Rendimentos</b>	<b>1 068 191,40</b>	<b>1 008 547,62</b>	<b>999 361,45</b>	<b>2 608 057,06</b>

## Evolução dos rendimentos



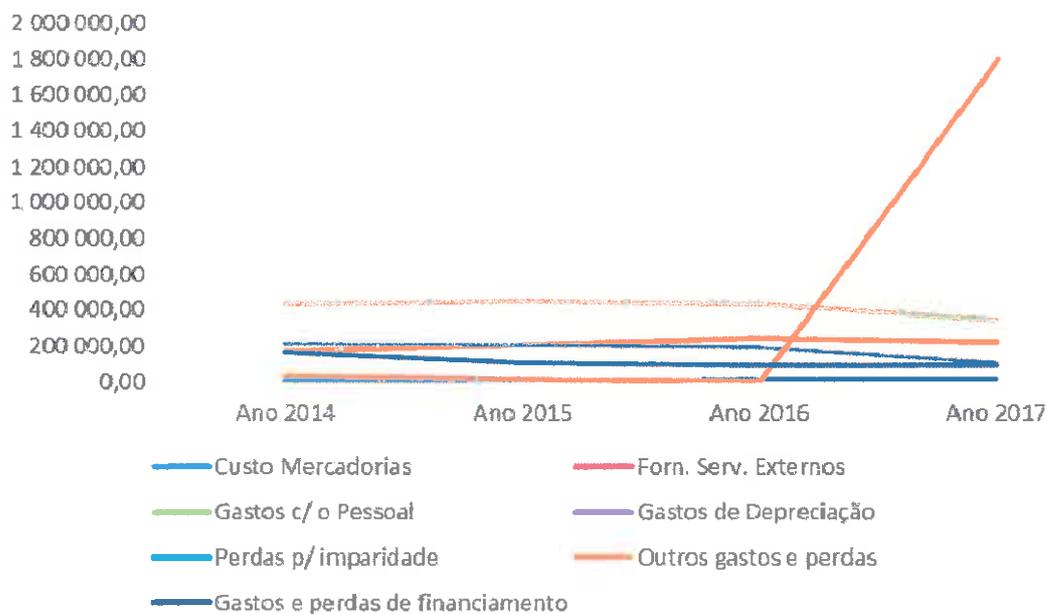
Relativamente ao Gastos, durante este ano de 2017, verificou-se um aumento do Custo com as Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas Gastos e dos Gastos inerentes à rúbrica Perdas de Financiamento, que registaram aumento cerca de 25.51% e 1.23%, respetivamente.

A rúbrica de Outros Gastos e Perdas registou um aumento exponencial, fruto da venda dos ativos tangíveis inerentes à atividade de tratamento e deposição dos RSU's, tendo sido reconhecido no período o valor restante do subsídio contabilizado em função da vida útil dos bens, bem como, o respetivo abate dos ativos tangíveis.

As rúbricas com os Gastos de Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal, Gastos de Depreciação, registaram uma diminuição de 7.12%, 19,93% e 43,72%, respetivamente.

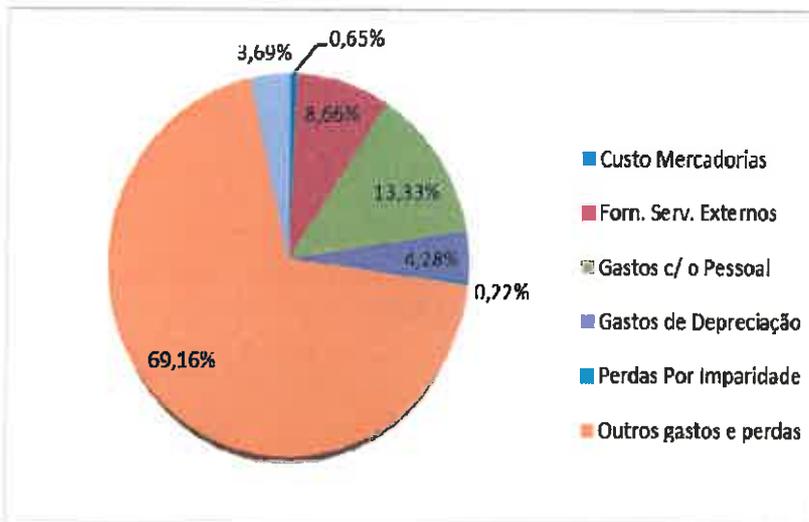
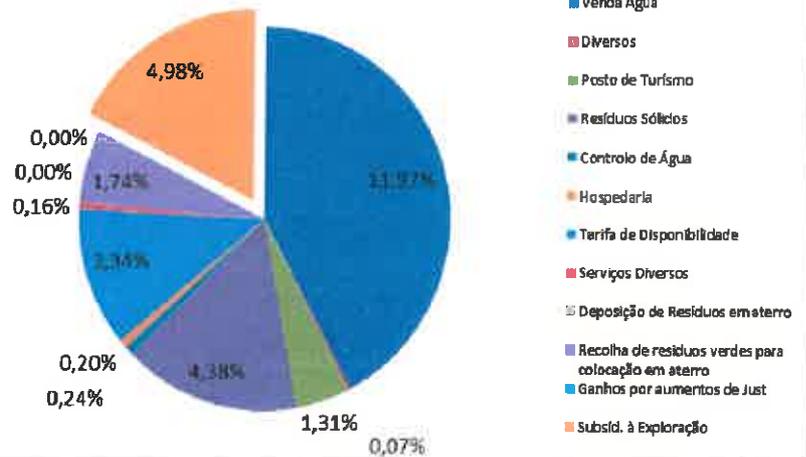
<b>Gastos</b>	<b>Ano 2014</b>	<b>Ano 2015</b>	<b>Ano 2016</b>	<b>Ano 2017</b>
Custo Mercadorias	531,01	4 389,05	13 514,27	16 961,64
Forn. Serv. Externos	171 348,20	209 112,27	243 122,04	225 816,50
Gastos c/ o Pessoal	432 280,52	449 966,85	434 112,22	347 588,63
Gastos de Depreciação	219 915,50	210 136,67	198 486,18	111 699,40
Perdas p/ imparidade				5 836,37
Outros gastos e perdas	32 320,17	14 816,51	3 040,79	1 803 860,82
Gastos e perdas de financiamento	168 467,94	107 193,15	95 126,89	96 293,70
<b>Total de Gastos</b>	<b>1 024 863,34</b>	<b>995 614,50</b>	<b>987 402,39</b>	<b>2 608 057,06</b>

### Evolução dos Gastos



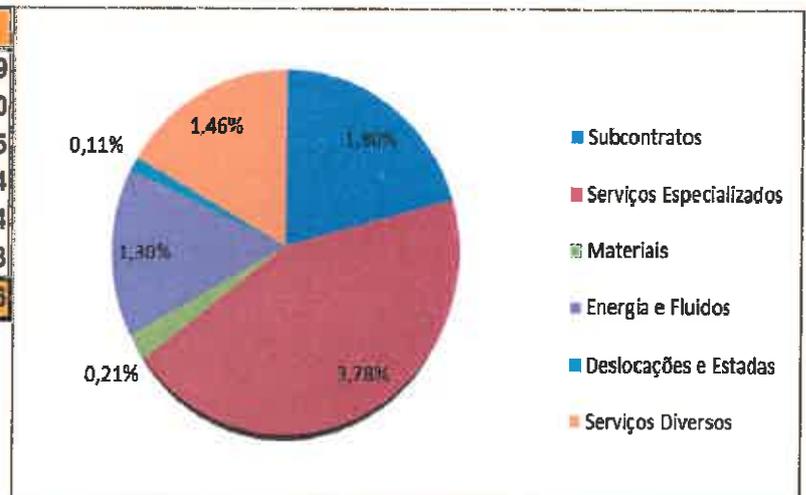
*Handwritten signature: A. Borges*

Rendimentos	Ano 2017
Venda Água	312 263,82
Diversos	1 846,15
Posto de Turismo	34 090,88
Resíduos Sólidos	114 169,06
Controlo de Água	6 281,90
Hospedaria	5 120,79
Tarifa de Disponibilidade	87 012,69
Serviços Diversos	4 108,36
Deposição de Resíduos em aterro	0,00
Recolha de resíduos verdes para colocação em aterro	45 388,24
<b>Ganhos por aumentos de Just</b>	<b>49,24</b>
<b>Subsid. à Exploração</b>	<b>129 823,43</b>
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>1 867 902,50</b>
<b>Juros, Outros Rendimentos</b>	<b>0,00</b>
<b>Total de Rendimentos:</b>	<b>2 608 057,06</b>



Gastos	Ano 2017
Custo Mercadorias	16 961,64
Forn. Serv. Externos	225 816,50
Gastos c/ o Pessoal	347 588,63
Gastos de Depreciação	111 699,40
Perdas Por Imparidade	5 836,37
Outros gastos e perdas	1 803 860,82
Gastos e perdas de financiamento	96 293,70
<b>Total de Gastos</b>	<b>2 608 057,06</b>

Gastos	Ano 2017
<b>Subcontratos</b>	<b>47 013,79</b>
<b>Serviços Especializados</b>	<b>98 676,10</b>
<b>Materiais</b>	<b>5 353,55</b>
<b>Energia e Fluidos</b>	<b>33 900,74</b>
<b>Deslocações e Estadas</b>	<b>2 792,04</b>
<b>Serviços Diversos</b>	<b>38 080,28</b>
<b>Total de Gastos</b>	<b>2 608 057,06</b>



## CLIENTES - CARACTERIZAÇÃO-EVOLUÇÃO

Na análise que se segue, pretende-se evidenciar o peso relativo de cada grupo de consumidores, nomeadamente: consumo doméstico, comércio/indústria, instituições, obras, agropecuária, administração central e administração local, pelas diferentes rubricas relativas ao nº de consumidores, consumo em m<sup>3</sup>, valor das receitas inerentes á recolha seletiva de porta a porta, consumo de água e total das receitas com a tarifa de disponibilidade.

Por forma a evidenciar esta análise apresentamos os seguintes quadros:

Quadro nºI – Valores totais gerais

Quadro nºII – Valores por tipo de consumidor

Quadro nºIII – Valores por freguesia

### Quadro I

#### Valores totais gerais por processamentos 2017

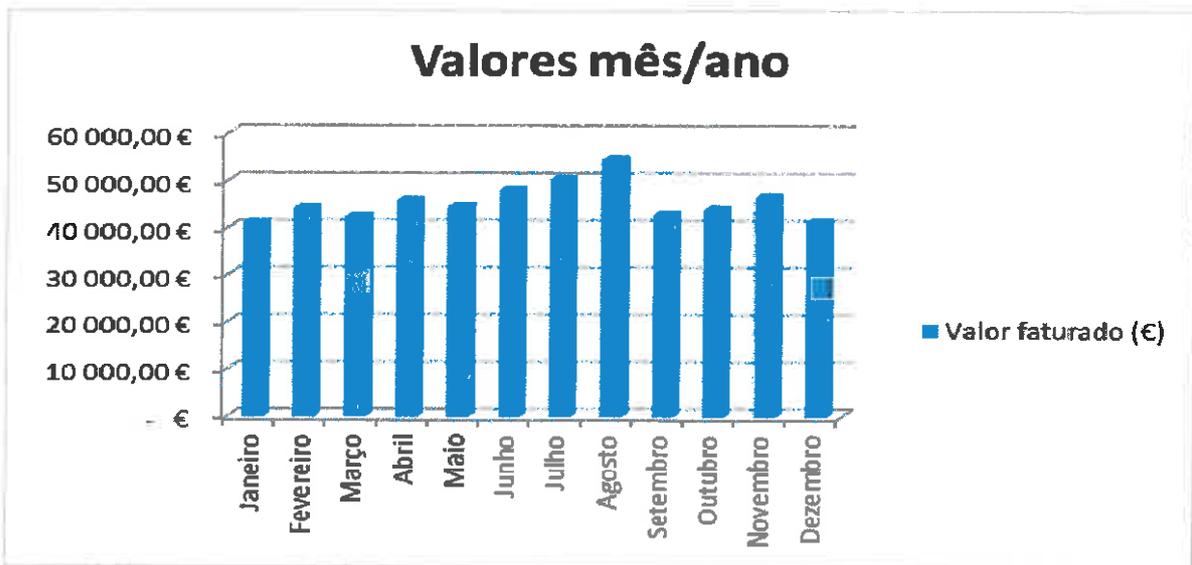
Rubrica	Valor	IVA	Total
<b>Rubricas</b>	<b>528 562,10</b>	<b>21 334,76</b>	<b>549 896,86</b>
Consumo de água	317 256,31	12 710,50	329 966,81
Custo adm. do aviso de interrupção	3 915,00	696,00	4 611,00
Tarifa de disponibilidade	87 002,70	3 418,97	90 421,67
Tarifa de Resíduos Sólidos	114 010,11	4 509,29	118 519,40
Taxa Controlo Qualidade Água *	6 377,98	0,00	6 377,98
<b>Reposições</b>	<b>-5 426,43</b>	<b>-213,03</b>	<b>-5 639,46</b>
Consumo de água	-5 319,36	-213,03	-5 532,39
Taxa Controlo Qualidade Água *	-107,07	0,00	-107,07
<b>Total geral:</b>	<b>37709</b>	<b>523 135,67</b>	<b>21 121,73</b>
<b>Total m3 faturado:</b>	<b>373152</b>		

**Valores de faturação por mês/ano 2017**

Mês	Ano	Núm. Doc.	Faturado (m3)	Lido (m3)	Valor faturado (€)
Janeiro	2017	3 141	26 953	26 484	40 956,75 €
Fevereiro	2017	3 109	29 916	29 570	44 065,46 €
Março	2017	3 123	27 933	27 403	42 272,85 €
Abril	2017	3 108	31 292	30 834	45 610,12 €
Maió	2017	3 168	30 335	30 060	44 438,82 €
Junho	2017	3 147	33 361	33 009	48 098,50 €
Julho	2017	3 162	35 610	34 689	50 276,05 €
Agosto	2017	3 181	39 873	39 331	54 327,48 €
Setembro	2017	3 140	29 166	28 815	42 717,07 €
Outubro	2017	3 165	29 784	29 040	43 870,28 €
Novembro	2017	3 141	31 796	31 161	46 382,23 €
Dezembro	2017	3 124	27 133	26 677	41 241,79 €
		<b>37 709</b>	<b>373 152</b>	<b>367 073</b>	<b>544 257,40 €</b>

Em 2017, o volume de água controlada pelos serviços atingiu 367.073 m<sup>3</sup>.

O valor faturado foi de 373.152m<sup>3</sup>, totalizando 544.257,40€, conforme quadros demonstrativos.



No exercício em análise, o consumo diminuiu em 3.356m<sup>3</sup> (0,89%) em relação ao ano anterior como é demonstrado no quadro seguinte:

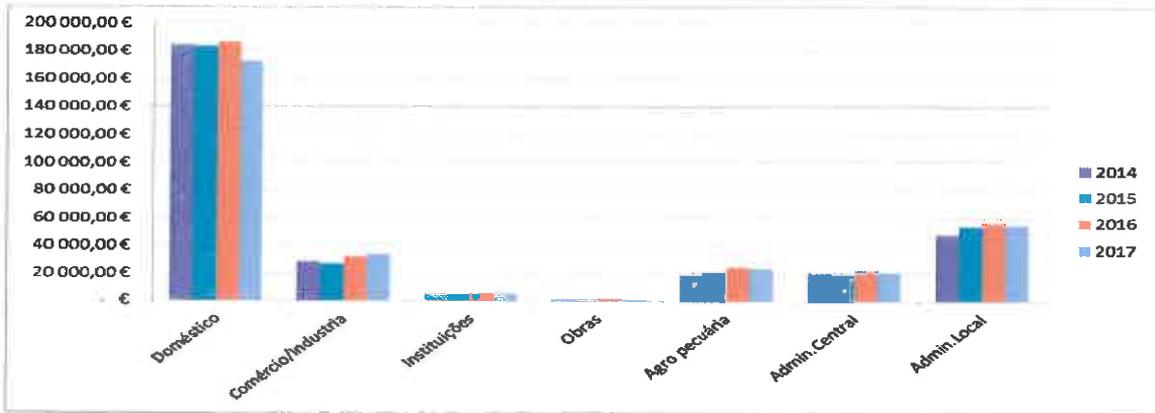
Mês	Consumo de Água faturada por mês (m <sup>3</sup> )							
	2014		2015		2016		2017	
	Volume m <sup>3</sup>	%	Volume m <sup>3</sup>	%	Volume m <sup>3</sup>	%	Volume m <sup>3</sup>	%
Janeiro	30 142	8,28%	30 788	8,48%	29 348	7,79%	26 953	7,22%
Fevereiro	27 004	7,42%	26 751	7,37%	26 375	7,01%	29 916	8,02%
Março	26 682	7,33%	30 437	8,39%	31 716	8,42%	27 933	7,49%
Abril	28 470	7,82%	30 473	8,40%	30 838	8,19%	31 292	8,39%
Mai	31 022	8,52%	26 818	7,39%	29 427	7,82%	30 335	8,13%
Junho	34 037	9,35%	30 866	8,51%	32 763	8,70%	33 361	8,94%
Julho	32 409	8,90%	34 425	9,49%	33 544	8,91%	35 610	9,54%
Agosto	32 273	8,87%	31 334	8,63%	38 520	10,23%	39 873	10,69%
Setembro	35 855	9,85%	33 182	9,14%	35 031	9,30%	29 166	7,82%
Outubro	33 925	9,32%	30 630	8,44%	28 580	7,59%	29 784	7,98%
Novembro	24 367	6,70%	27 089	7,46%	30 474	8,09%	31 796	8,52%
Dezembro	27 768	7,63%	30 089	8,29%	29 892	7,94%	27 133	7,27%
<b>Total</b>	<b>363 954</b>	<b>100,00%</b>	<b>362 861</b>	<b>100,00%</b>	<b>376 908</b>	<b>100,00%</b>	<b>373 152</b>	<b>100,00%</b>

#### EVOLUÇÃO DAS RUBRICAS PELOS TIPOS DE CONSUMIDORES

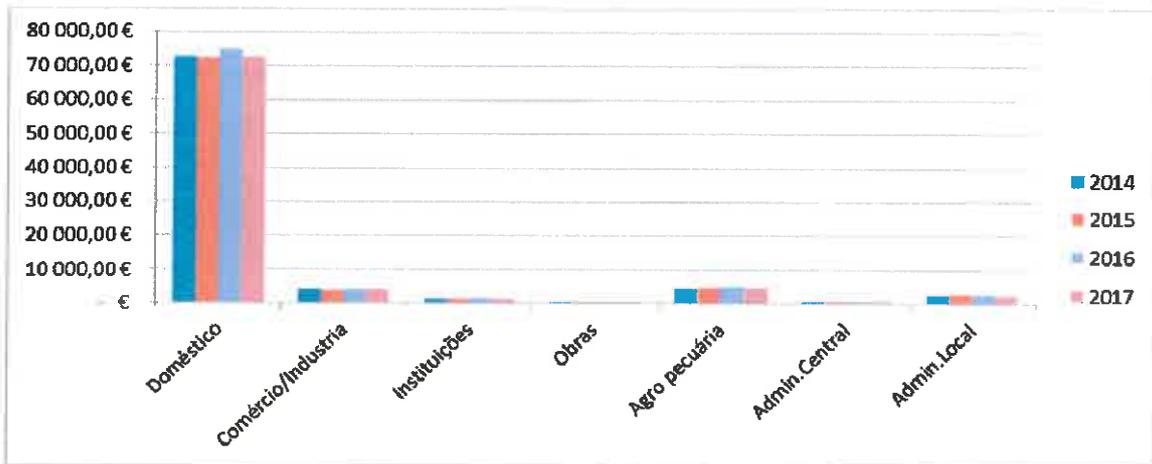
A distribuição deste consumo de água faturada pelos diferentes tipos de clientes, é demonstrada nos quadros que se seguem:

Consumo de água	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
					Absoluta	Relativa
Doméstico	183 687,88 €	182 606,83 €	186 147,02 €	172 412,49 €	- 13 734,53 €	-7,97%
Comércio/Industrial	28 492,10 €	26 995,50 €	31 906,12 €	33 728,17 €	1 822,05 €	5,40%
Instituições	4 603,50 €	4 597,30 €	5 021,12 €	5 420,66 €	399,54 €	7,37%
Obras	1 164,86 €	1 282,65 €	1 374,39 €	1 068,42 €	- 305,97 €	-28,64%
Agro pecuária	18 398,89 €	19 810,65 €	24 497,66 €	23 557,21 €	- 940,45 €	-3,99%
Admin. Central	19 108,80 €	18 544,32 €	21 699,77 €	20 963,51 €	- 736,26 €	-3,51%
Admin. Local	47 715,15 €	53 842,85 €	56 436,61 €	54 786,49 €	- 1 650,12 €	-3,01%
<b>Total geral:</b>	<b>303 171,18 €</b>	<b>307 680,10 €</b>	<b>327 082,69 €</b>	<b>311 936,95 €</b>	<b>- 15 145,74 €</b>	<b>-4,86%</b>
<b>Variação</b>	<b>10,38%</b>	<b>1,49%</b>	<b>6,31%</b>	<b>-4,63%</b>		

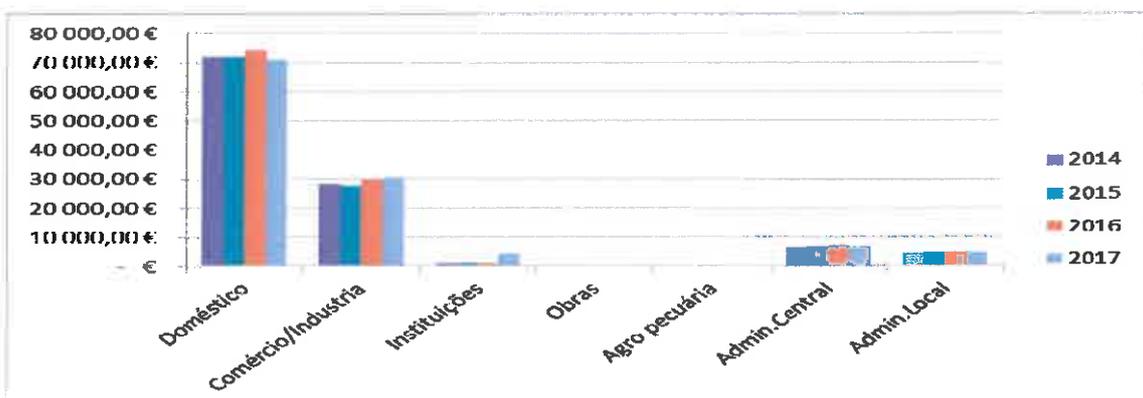
*Al Borges*



Tarifa de disponibilidade	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
					Absoluta	Relativa
Doméstica	72 545,91 €	72 365,26 €	75 134,87 €	72 596,58 €	- 2 538,29 €	-3,50%
Comércio/Indústria	3 984,78 €	3 881,78 €	4 237,92 €	4 268,39 €	30,47 €	0,71%
Instituições	1 578,84 €	1 578,84 €	1 641,48 €	1 578,84 €	- 62,64 €	-3,97%
Obras	478,74 €	444,03 €	452,48 €	402,96 €	- 49,52 €	-12,29%
Agropecuária	4 489,01 €	4 686,64 €	4 894,23 €	4 820,06 €	- 74,17 €	-1,54%
Admin. Central	745,44 €	756,84 €	786,84 €	756,84 €	- 30,00 €	-3,96%
Admin. Local	2 337,97 €	2 489,04 €	2 626,98 €	2 479,03 €	- 147,95 €	-5,97%
<b>Total geral:</b>	<b>86 160,69 €</b>	<b>86 202,43 €</b>	<b>89 774,80 €</b>	<b>86 902,70 €</b>	<b>- 2 872,10 €</b>	<b>-3,30%</b>
<b>Variação</b>	<b>3,02%</b>	<b>0,05%</b>	<b>4,14%</b>	<b>-3,20%</b>		



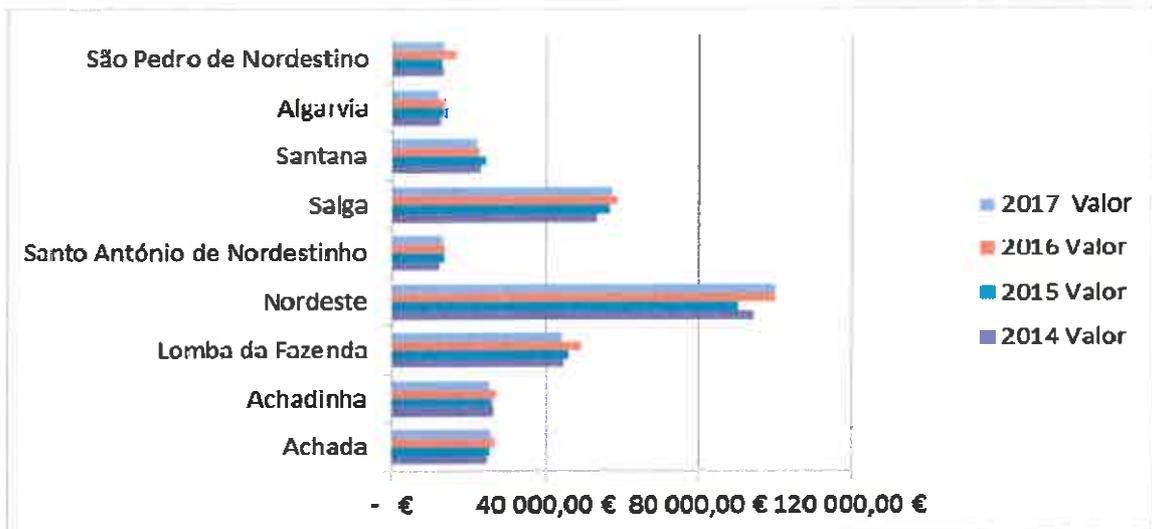
Tarifa de Resíduos Sólidos	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
					Absoluta	Relativa
Doméstico	72 286,48 €	72 127,93 €	74 368,35 €	71 028,56 €	- 3 339,79 €	-4,70%
Comércio/Indústria	28 110,38 €	27 591,54 €	29 791,86 €	30 738,56 €	946,70 €	3,08%
Instituições	1 026,00 €	1 026,00 €	1 067,04 €	4 045,59 €	2 978,55 €	73,62%
Obras	19,40 €	19,40 €	20,98 €	19,40 €	- 1,58 €	-8,14%
Agro pecuária	- €	- €	- €	- €		
Admin. Central	6 357,00 €	6 552,00 €	6 814,08 €	6 552,00 €	- 262,08 €	-4,00%
Admin. Local	4 180,50 €	4 477,50 €	4 731,48 €	4 626,00 €	- 105,48 €	-2,28%
<b>Total geral:</b>	<b>111 979,76 €</b>	<b>111 794,37 €</b>	<b>116 793,79 €</b>	<b>117 010,11 €</b>	<b>216,32 €</b>	<b>0,18%</b>
<b>Variação</b>	<b>5,21%</b>	<b>-0,17%</b>	<b>4,47%</b>	<b>0,19%</b>		



Conforme já anteriormente demonstrado, verificou-se uma diminuição na faturação do consumo de água, em relação ao ano anterior, no valor de 15.145,92€ (4,80%).

#### Valores de faturação por Freguesia

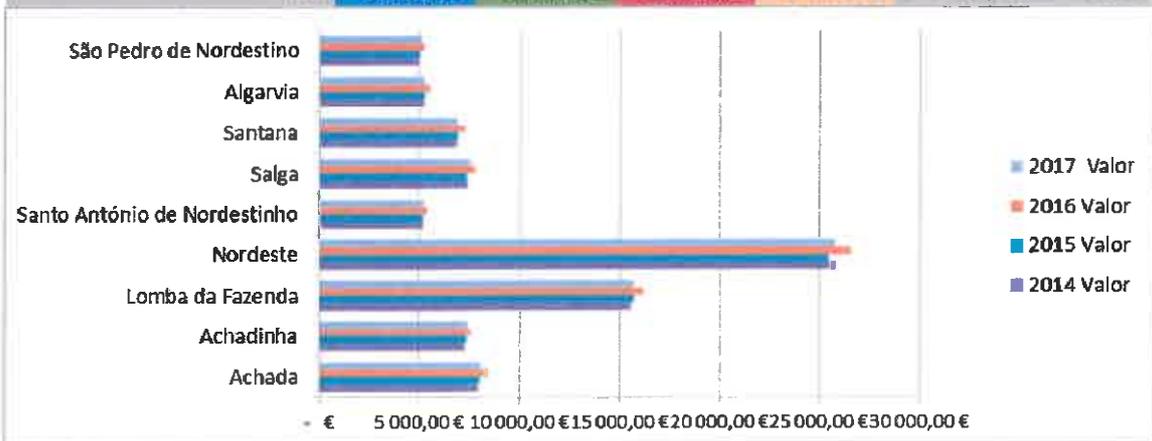
Consumo de água	2014	2015	2016	2017	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Absoluta	Relativa
Achada	28 461,71 €	25 369,73 €	26 597,81 €	25 542,09 €	- 1 055,72 €	-4,13%
Achadinha	26 157,41 €	25 947,85 €	26 979,27 €	25 266,70 €	- 1 712,57 €	-6,78%
Lomba da Fazenda	44 723,39 €	45 496,87 €	49 168,64 €	44 268,88 €	- 4 839,76 €	-10,93%
Nordeste	76 262,27 €	90 241,92 €	100 092,49 €	99 978,05 €	- 114,44 €	-0,11%
Santo António de Nordestinho	13 806,42 €	13 175,47 €	13 464,78 €	13 124,22 €	- 340,56 €	-2,59%
Salga	33 383,68 €	56 451,00 €	58 457,58 €	57 095,53 €	- 1 362,05 €	-2,39%
Santana	22 972,13 €	24 268,60 €	22 606,12 €	21 868,78 €	- 737,34 €	-3,37%
Algarvia	12 297,25 €	13 543,62 €	13 262,40 €	11 429,60 €	- 1 832,80 €	-16,04%
São Pedro de Nordestino	12 991,92 €	12 787,06 €	16 513,78 €	13 363,10 €	- 3 150,68 €	-23,58%
<b>Total</b>	<b>303 171,18 €</b>	<b>307 680,10 €</b>	<b>327 082,87 €</b>	<b>311 496,95 €</b>	<b>- 15 145,92 €</b>	<b>-4,80%</b>



Verificou-se uma diminuição de 3,19% nas receitas de tarifa de disponibilidade, fruto da manutenção da tarifário e preços praticados para o ano de 2017.

Valores de faturação por Freguesia

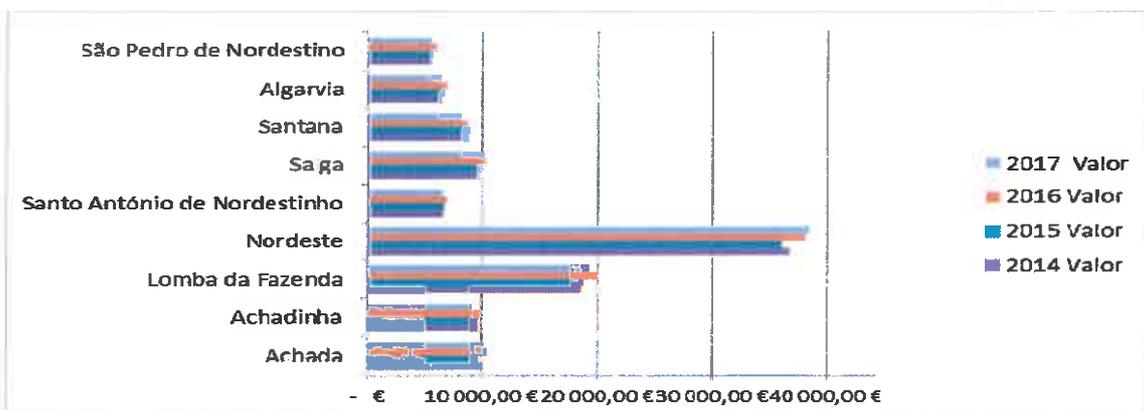
Tarifa de Disponibilidade	2014	2015	2016	2017	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Absoluta	Relativa
Achada	7 952,40 €	7 984,34 €	8 392,10 €	8 081,04 €	- 311,06 €	-3,85%
Achadinha	7 253,74 €	7 333,20 €	7 564,38 €	7 387,06 €	- 177,32 €	-2,40%
Lomba da Fazenda	15 541,30 €	15 675,99 €	16 185,61 €	15 695,75 €	- 489,86 €	-3,12%
Nordeste	25 769,05 €	25 421,76 €	26 513,39 €	25 744,16 €	- 769,23 €	-2,99%
Santo António de Nordestinho	5 160,24 €	5 152,46 €	5 364,91 €	5 240,28 €	- 144,63 €	-2,76%
Salga	7 428,17 €	7 373,48 €	7 780,56 €	7 547,64 €	- 232,92 €	-3,09%
Santana	6 803,20 €	6 915,12 €	7 225,65 €	6 890,04 €	- 335,61 €	-4,87%
Algarvia	5 213,69 €	5 262,48 €	5 483,37 €	5 284,34 €	- 199,03 €	-3,77%
São Pedro de Nordestino	4 960,90 €	5 083,80 €	5 244,83 €	5 132,39 €	- 112,44 €	-2,19%
<b>Total</b>	<b>86 160,69 €</b>	<b>86 202,43 €</b>	<b>89 774,80 €</b>	<b>87 032,70 €</b>	<b>- 2 742,10 €</b>	<b>-3,19%</b>



Verificou-se um decréscimo no total das receitas de tarifa de resíduos sólidos, fruto da redução do consumo de água, e da manutenção do tarifário de preços, pesa embora, o custo real da exploração desta atividade, “Recolha e tratamento de resíduos” ainda está muito aquém do real custo.

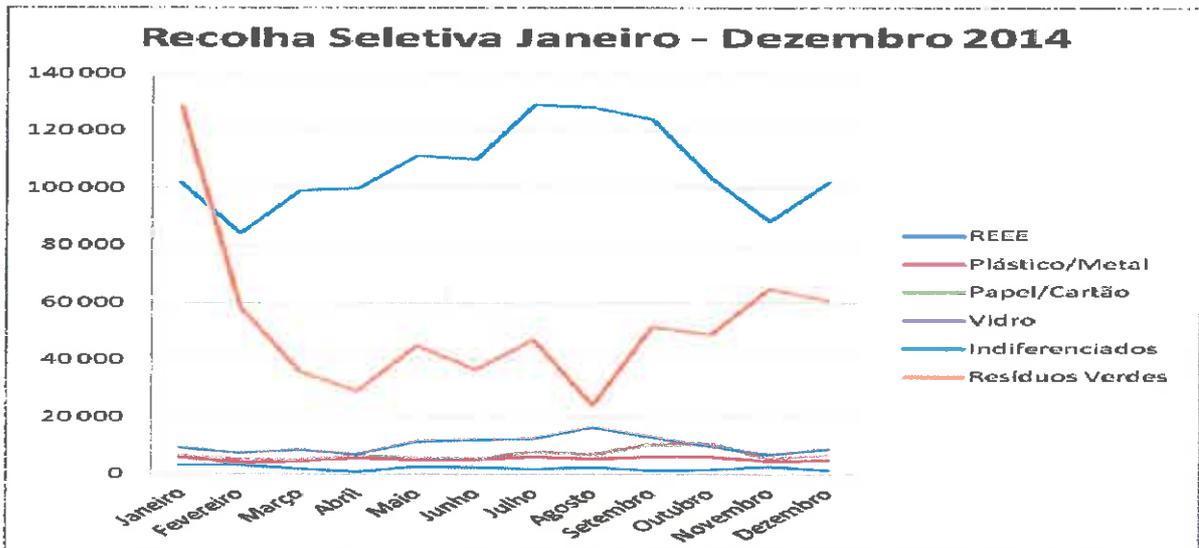
**Valores de faturação por Freguesia**

Tarifa de Resíduos Sólidos	2014	2015	2016	2017	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Absoluta	Relativa
Achada	10 014,94 €	9 649,94 €	10 361,64 €	10 094,80 €	- 266,84 €	-2,64%
Achadinha	9 635,40 €	9 738,80 €	9 849,63 €	9 176,77 €	- 672,86 €	-7,33%
Lomba da Fazenda	18 345,35 €	18 786,95 €	19 814,19 €	19 280,93 €	- 533,26 €	-2,77%
Nordeste	36 211,59 €	36 121,70 €	38 166,81 €	38 630,43 €	463,62 €	1,20%
Santo António de Nordestinho	6 806,24 €	6 602,42 €	6 853,32 €	6 531,28 €	- 322,04 €	-4,93%
Salga	9 722,49 €	9 786,45 €	10 263,93 €	10 119,75 €	- 144,18 €	-1,42%
Santana	8 799,33 €	8 913,53 €	8 745,54 €	8 191,56 €	- 553,98 €	-6,76%
Algarvia	6 431,40 €	6 582,96 €	6 806,98 €	6 392,66 €	- 414,32 €	-6,48%
São Pedro de Nordestino	5 518,97 €	5 691,82 €	5 931,75 €	5 591,93 €	- 339,82 €	-6,08%
<b>Total</b>	<b>111 979,76 €</b>	<b>111 794,37 €</b>	<b>116 793,79 €</b>	<b>114 010,11 €</b>	<b>- 2 783,68 €</b>	<b>-2,46%</b>

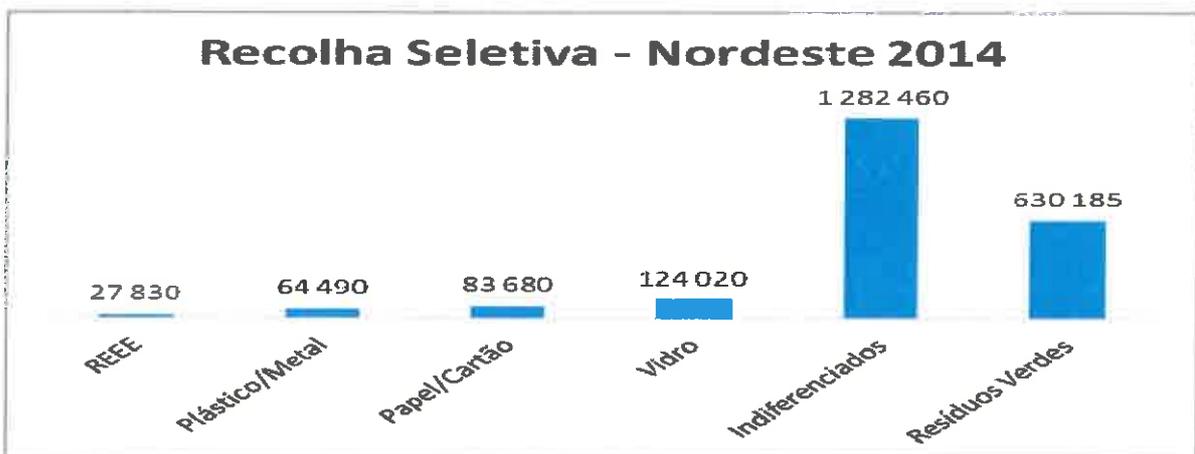


*Handwritten signature and initials in blue ink.*

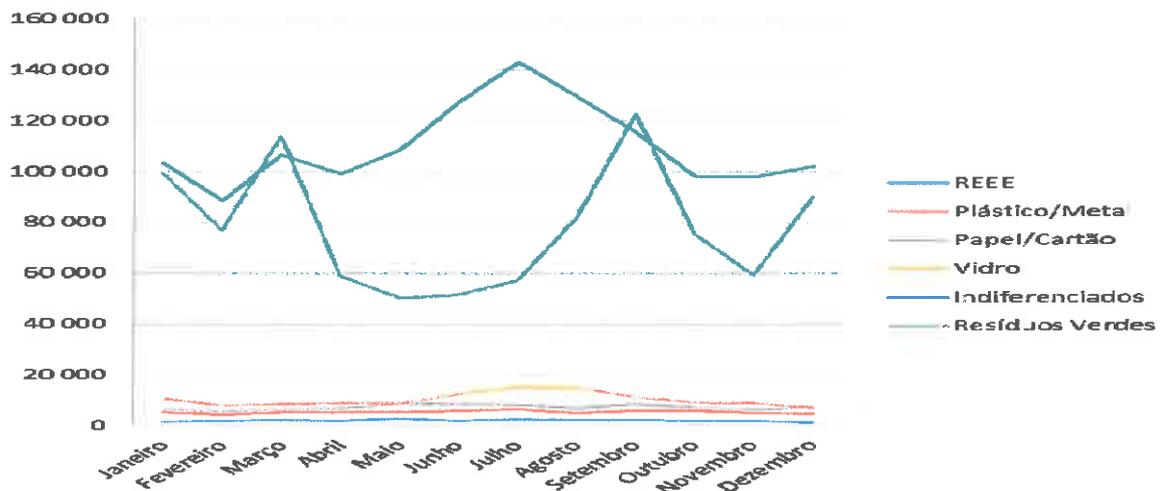
Relativamente á atividade de Resíduos temos a seguinte situação



Mês	Recolha Seletiva				RSU'S	
	REEE	Plástico/Metal	Papel/Cartão	Vidro	Indiferenciados	Resíduos Verdes
Janeiro	3 330	6 030	6 880	9 360	102 050	128 680
Fevereiro	3 480	4 230	5 250	7 650	84 070	58 420
Março	2 040	4 670	5 140	8 710	99 120	35 770
Abril	1 110	5 660	6 370	6 930	99 910	28 870
Maio	2 920	5 030	5 860	11 450	111 440	45 030
Junho	2 670	5 150	5 410	12 360	110 160	36 550
Julho	1 960	6 160	7 950	12 500	129 315	47 010
Agosto	2 560	5 470	6 900	16 420	128 235	23 990
Setembro	1 620	6 180	10 580	12 980	123 850	51 435
Outubro	1 740	6 170	10 940	9 840	103 650	48 870
Novembro	2 810	4 760	5 660	7 000	88 340	64 830
Dezembro	1 590	4 980	6 740	8 820	102 320	60 730
<b>Totais</b>	<b>27 830</b>	<b>64 490</b>	<b>83 680</b>	<b>124 020</b>	<b>1 282 460</b>	<b>630 185</b>

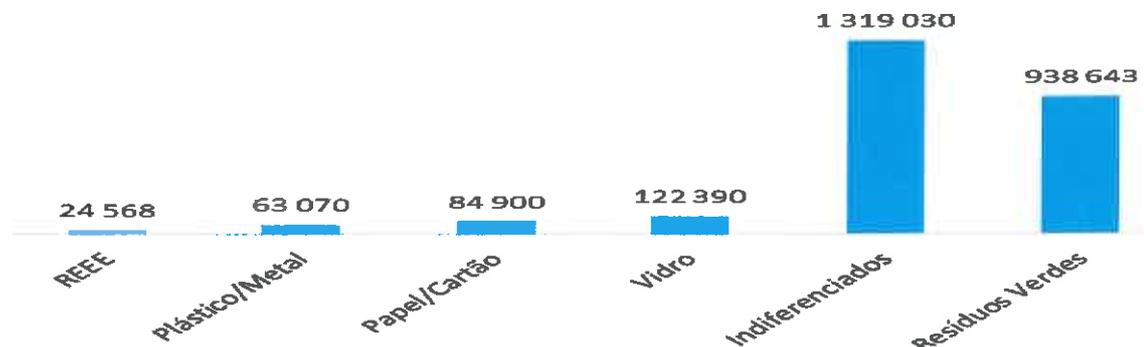


### Recolha Seletiva Janeiro - Dezembro 2015

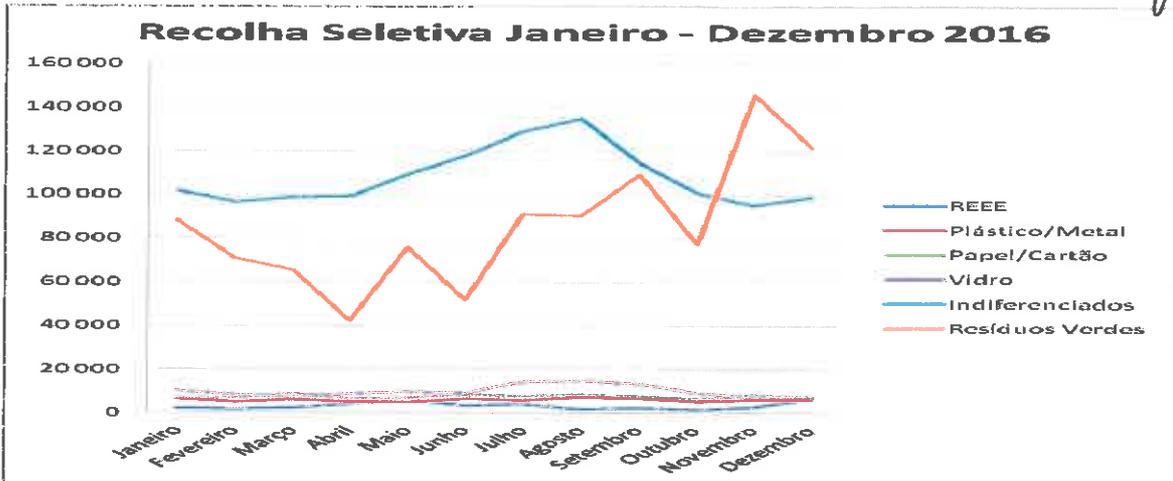


Mês	Recolha Seletiva				RSU'S	
	REEE	Plástico/Metal	Papel/Cartão	Vidro	Indiferenciados	Resíduos Verdes
Janeiro	1 660	5 120	6 280	10 530	103 150	99 450
Fevereiro	1 950	4 330	5 370	7 980	88 460	77 050
Março	2 090	5 220	6 330	8 410	106 430	114 000
Abril	1 790	5 120	6 590	8 800	99 200	58 960
Mai	2 840	5 180	8 330	8 860	108 660	50 330
Junho	2 030	5 890	8 330	12 270	127 100	51 510
Julho	2 635	6 320	8 270	14 950	143 080	57 265
Agosto	2 340	4 980	6 620	14 670	129 370	82 220
Setembro	2 220	5 900	8 470	11 040	115 370	122 558
Outubro	1 853	5 650	6 920	9 030	98 190	75 490
Novembro	1 890	4 840	6 100	8 800	97 910	59 370
Dezembro	1 270	4 520	7 290	7 050	102 110	90 440
<b>Totais</b>	<b>24 568</b>	<b>63 070</b>	<b>84 900</b>	<b>122 390</b>	<b>1 319 030</b>	<b>938 643</b>

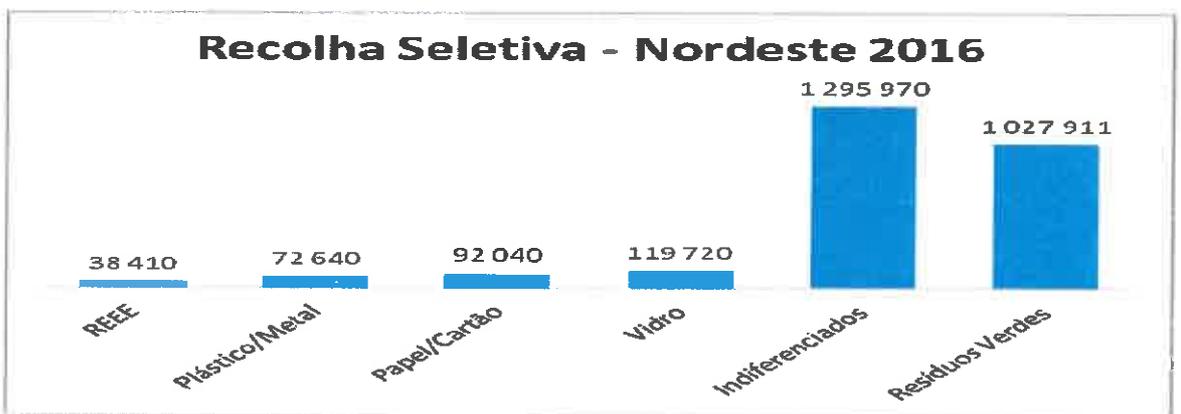
### Recolha Seletiva - Nordeste 2015

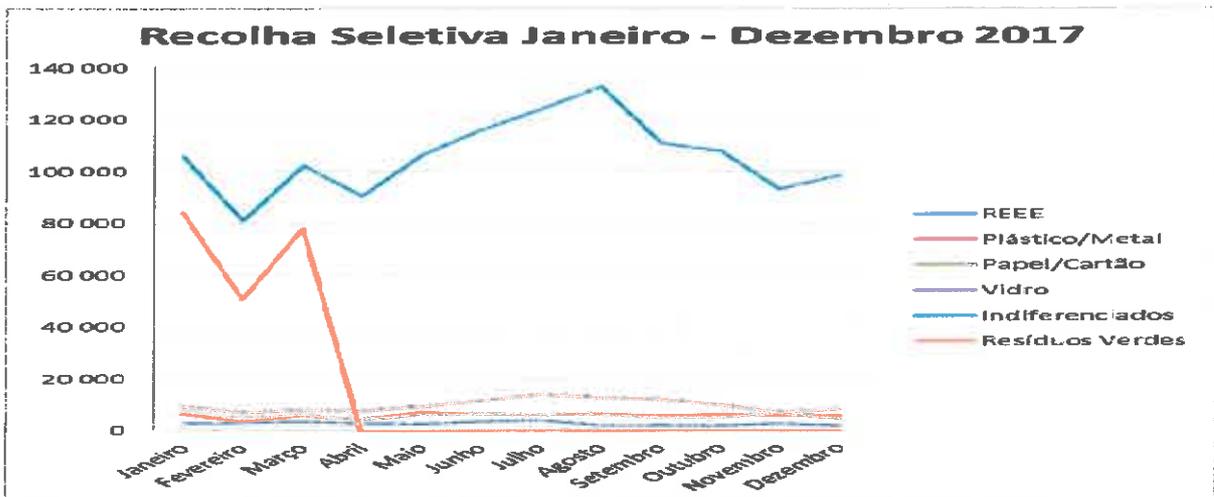


*Handwritten signature and initials in blue ink.*

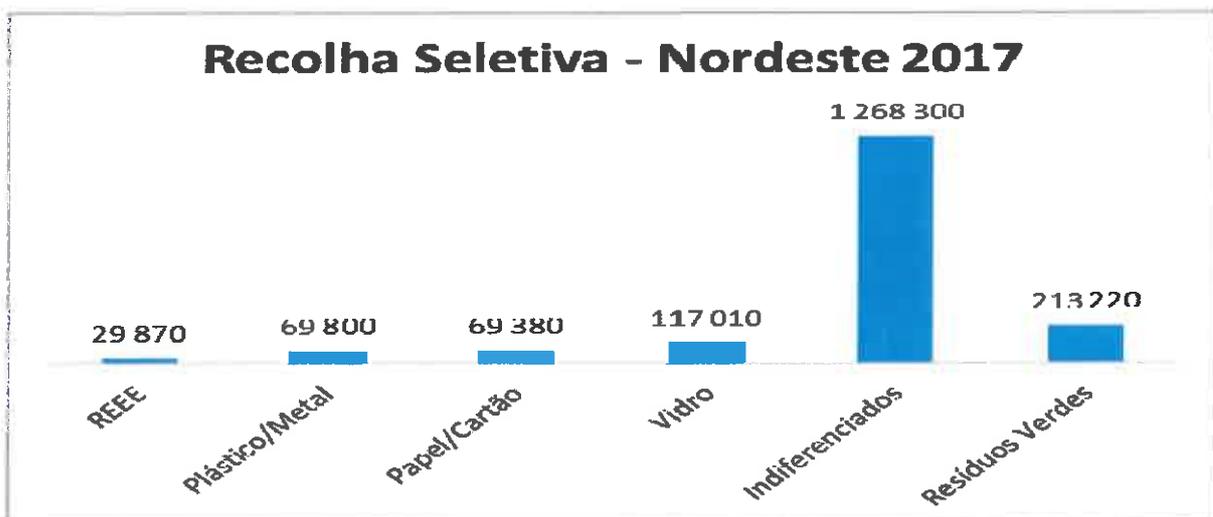


Mês	Recolha Seletiva					RSU'S
	REEE	Plástico/Metal	Papel/Cartão	Vidro	Indiferenciados	Resíduos Verdes
Janeiro	2 090	6 530	7 060	10 000	101 540	88 050
Fevereiro	1 730	4 940	6 900	8 190	96 520	70 850
Março	2 370	6 250	9 140	7 480	98 790	65 360
Abril	4 060	5 410	6 700	9 000	99 150	42 310
Maior	6 340	5 180	7 150	9 960	109 450	75 980
Junho	3 090	6 410	8 680	9 250	117 870	51 580
Julho	4 100	5 970	7 760	14 060	128 830	90 980
Agosto	1 790	7 360	8 640	14 460	134 730	90 316
Setembro	2 380	6 750	7 830	12 980	114 500	109 195
Outubro	1 460	5 340	6 580	9 180	100 760	76 980
Novembro	2 510	6 250	8 350	7 290	95 030	145 270
Dezembro	6 490	6 250	7 250	7 870	98 800	121 040
<b>Totais</b>	<b>38 410</b>	<b>72 640</b>	<b>92 040</b>	<b>119 720</b>	<b>1 295 970</b>	<b>1 027 911</b>





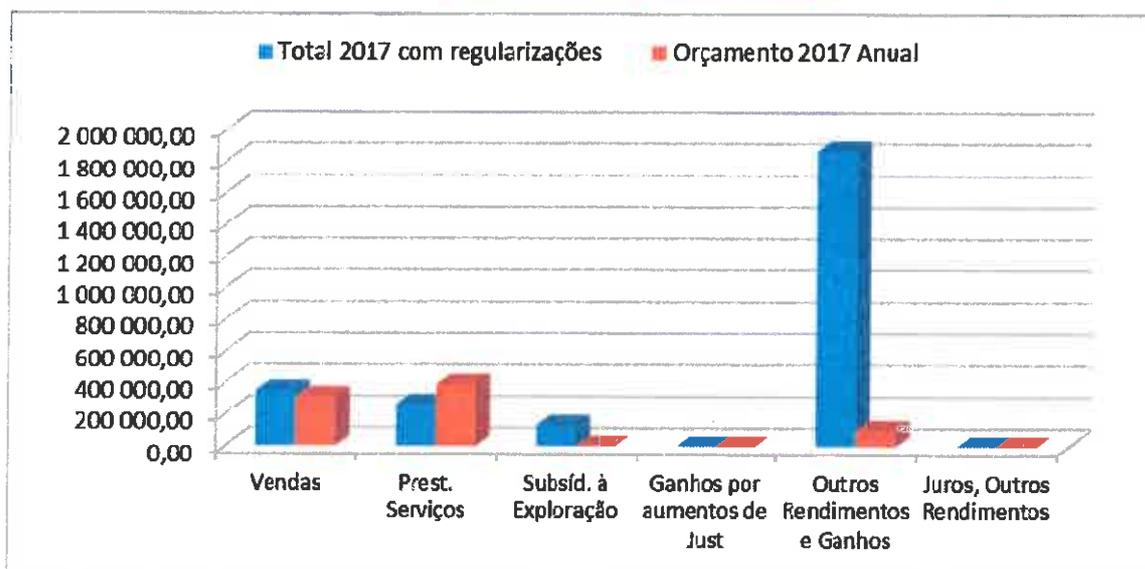
Mês	Recolha Seletiva				RSU'S	
	REEE	Plástico/Metal	Papel/Cartão	Vidro	Indiferenciados	Resíduos Verdes
Janeiro	2 620	6 620	7 580	9 430	105 680	84 140
Fevereiro	2 920	3 900	4 790	6 890	80 810	50 780
Março	3 480	5 980	6 230	8 040	102 210	78 300
Abril	2 660	4 430	4 450	7 820	90 370	0
Mai	2 370	7 290	6 250	9 400	106 420	0
Junho	3 300	6 140	6 220	11 440	116 030	0
Julho	3 860	5 910	6 030	14 010	123 940	0
Agosto	1 680	6 450	6 300	12 700	132 740	0
Setembro	1 670	5 650	5 100	12 000	110 880	0
Outubro	1 550	6 140	5 190	9 890	107 690	0
Novembro	2 270	5 710	6 490	7 120	93 100	0
Dezembro	1 490	5 580	4 750	8 270	98 430	0
<b>Totais</b>	<b>29 870</b>	<b>69 800</b>	<b>69 380</b>	<b>117 010</b>	<b>1 268 300</b>	<b>213 220</b>



### EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2017

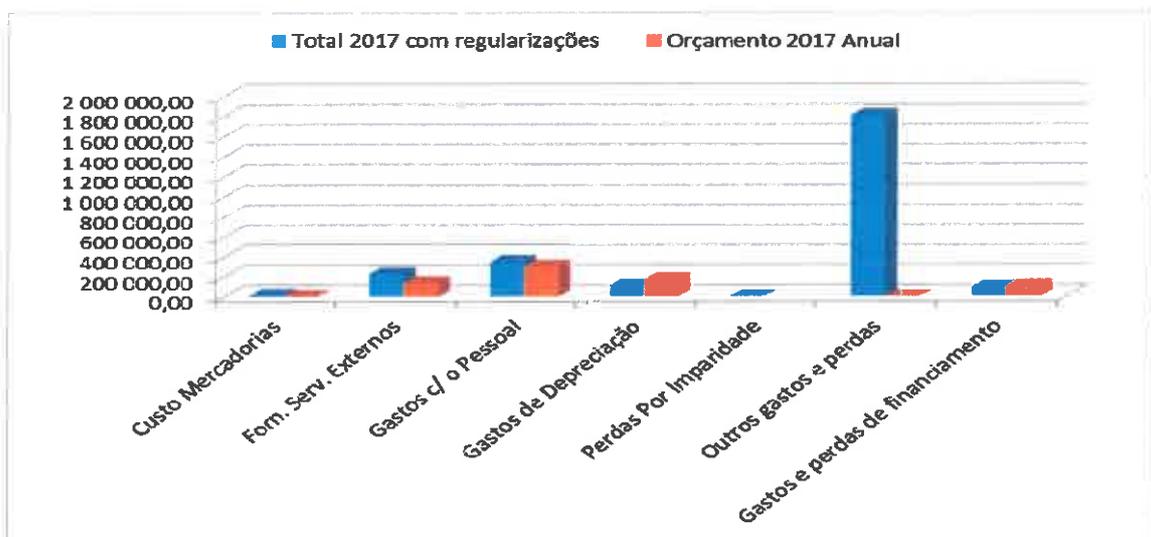
Para o ano de 2017, estava previsto no orçamento um total de rendimentos de 796.335,08€. No entanto, os valores realizados foram de 2.608.057,06€. (ver quadro abaixo)

Rendimentos	Total 2017 com regularizações	Orçamento 2017 Anual	Desvios	Execução
Vendas	348.203,85	309.024,28	41.880,84	113,55%
Prest. Serviços	262.081,04	388.518,35	-129.141,58	66,76%
Subsíd. à Exploração	129.823,43	0,00	129.823,43	
Ganhos por aumentos de Just	49,24	0,00	49,24	
Outros Rendimentos e Ganhos	1.867.902,50	98.792,45	1.769.110,05	1890,73%
Juros, Outros Rendimentos	0,00	0,00	0,00	
<b>Total de Rendimentos</b>	<b>2.608.057,06</b>	<b>796.335,08</b>	<b>1.811.721,98</b>	<b>327,51%</b>



No que concerne aos gastos, o orçamento para o ano de 2017, previa um total de 713.775,69€. No entanto, os valores realizados totalizaram 2608.057,06€. (ver quadro abaixo)

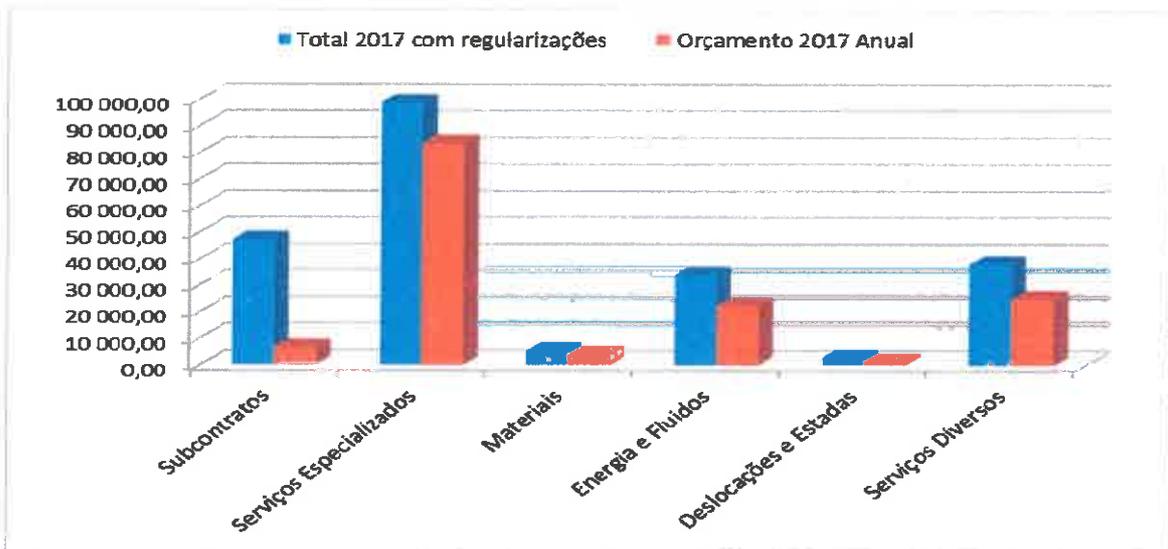
Gastos	Total 2017 com regularizações	Orçamento 2017 Anual	Desvios	Execução
Custo Mercadorias	16 861,64	1 572,78	<b>15 388,86</b>	1078,45%
Forn. Serv. Externos	225 816,50	135 929,26	<b>89 887,24</b>	166,13%
Gastos c/ o Pessoal	347 688,63	301 074,47	<b>46 514,16</b>	115,45%
Gastos de Depreciação	111 009,40	169 854,21	<b>-58 154,81</b>	65,76%
Perdas Por Imparidade	5 836,33		<b>5 836,37</b>	
Outros gastos e perdas	1 803 860,82	1 205,52	<b>1 802 655,30</b>	149633,42%
Gastos e perdas de financiamento	96 291,70	104 139,40	<b>-7 845,70</b>	92,47%
<b>Total de Gastos</b>	<b>2 608 657,06</b>	<b>713 775,69</b>	<b>1 894 281,37</b>	<b>365,39%</b>
Res. A/ de Imp.	0,00	82 559,39		



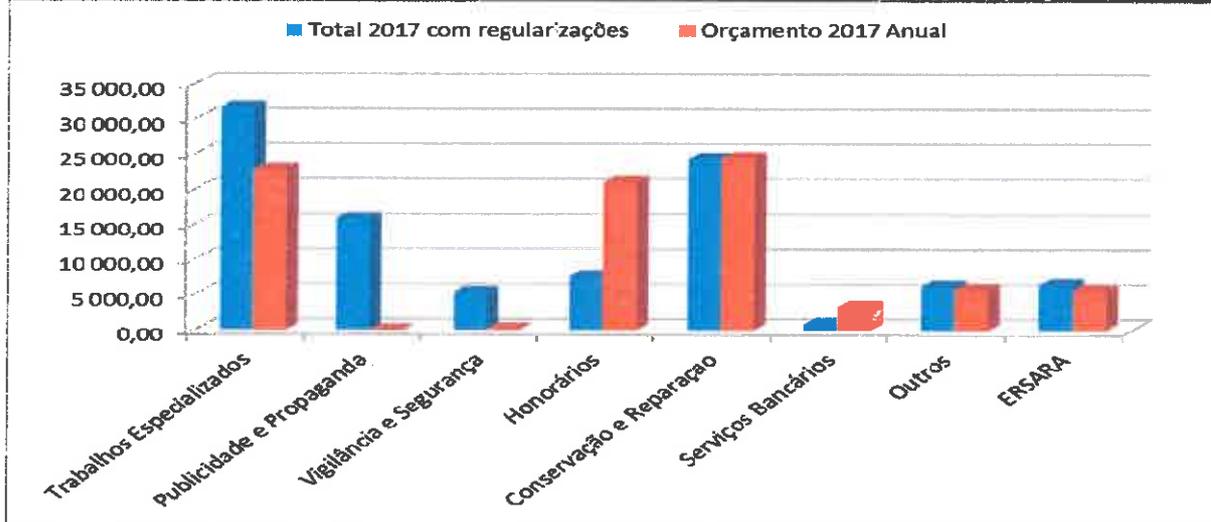
Os gastos com a Rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta uma execução acima do previsto, resultando num acréscimo de 66,13% em relação ao orçamentado.

Gastos	Total 2017 com regularizações	Orçamento 2017 Anual	Desvios	Execução
<b>Forn. Serv. Externos</b>	<b>225 816,50</b>	<b>135 929,26</b>	<b>89 887,24</b>	<b>166,13%</b>
<i>Subcontratos</i>	47 013,79	6 600,00	<b>40 413,79</b>	712,33%
<i>Serviços Especializados</i>	98 676,10	83 482,06	<b>15 194,04</b>	118,20%
<i>Materiais</i>	5 353,55	3 835,48	<b>1 518,07</b>	139,58%
<i>Energia e Fluidos</i>	33 980,74	22 370,12	<b>11 530,62</b>	151,54%
<i>Deslocações e Estadas</i>	2 792,04	1 347,23	<b>1 444,81</b>	207,24%
<i>Serviços Diversos</i>	38 880,28	24 894,40	<b>13 185,88</b>	152,97%

*M. Borges*



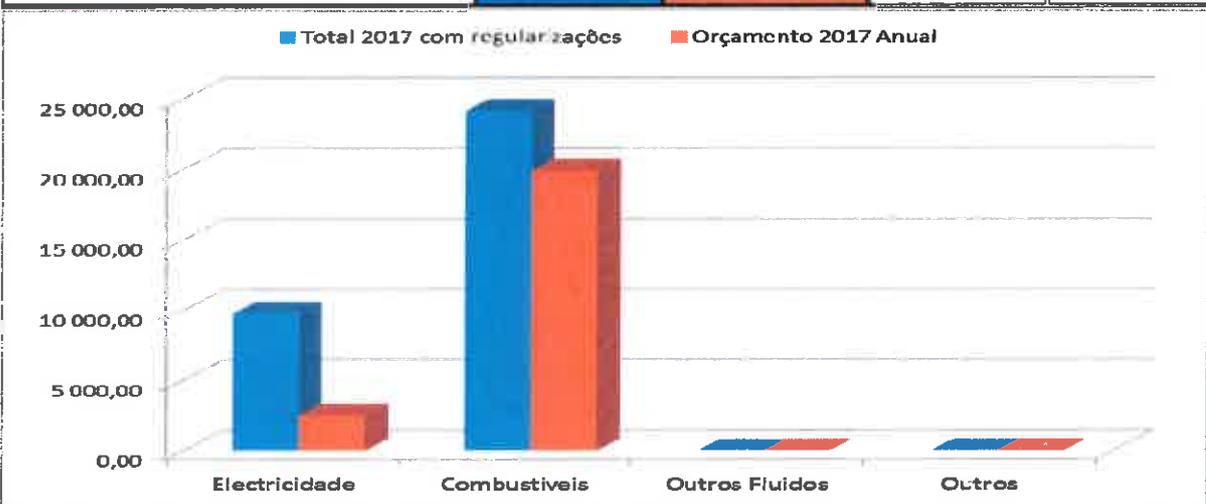
Gastos	Total 2017 com regularizações	Orçamento 2017 Anual	Desvios	Execução
<b>Serviços Especializados</b>	<b>98.676,10</b>	<b>83.482,06</b>	<b>15.194,04</b>	118,20%
Trabalhos Especializados	31.637,66	22.884,37	8.753,29	138,25%
Publicidade e Propaganda	15.886,10	0,00	15.886,10	
Vigilância e Segurança	5.400,00	197,80	5.202,40	2732,79%
Honorários	7.670,00	21.065,16	-13.395,16	36,41%
Conservação e Reparação	24.406,43	24.508,78	-102,35	99,58%
Serviços Bancários	001,82	3.271,94	-2.370,32	27,56%
Outros	6.278,96	5.852,91	426,08	107,28%
ERSARA	6.495,30	5.701,30	794,00	113,93%



Gastos	Total 2017 com regularizações	Orçamento 2017 Anual	Desvios	Execução
<b> Materiais </b>	<b> 5 353,55 </b>	<b> 3 835,48 </b>	<b> 1 518,07 </b>	<b> 139,58% </b>
Ferramentas e Utensílios	1 202,85	614,60	588,25	195,71%
Material de escritório	3 600,50	3 220,89	587,61	118,24%
Outros	342,20	0,00	342,20	

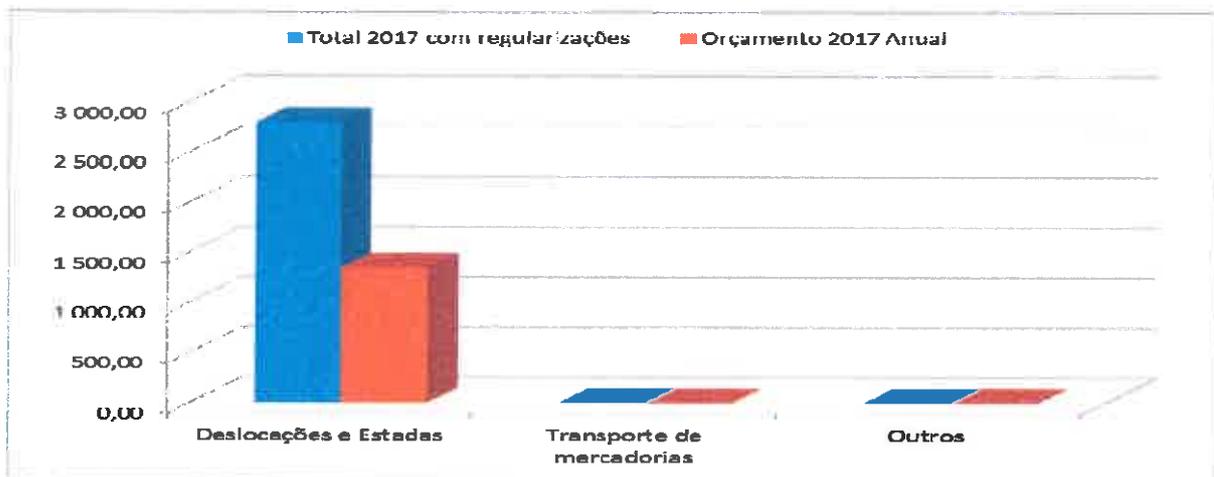


Gastos	Total 2017 com regularizações	Orçamento 2017 Anual	Desvios	Execução
<b> Energia e Fluidos </b>	<b> 33 900,74 </b>	<b> 22 370,12 </b>	<b> 11 530,62 </b>	<b> 151,54% </b>
Electricidade	9 751,04	2 498,80	7 262,24	390,63%
Combustíveis	24 129,70	19 871,32	4 268,38	121,48%
Outros Fluidos	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	

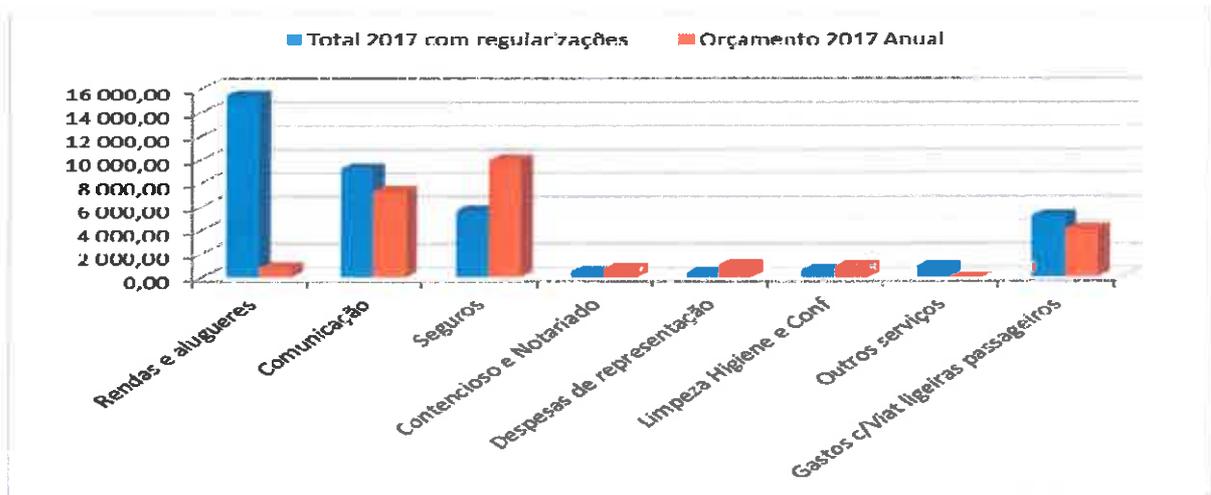


*Handwritten signature: A. Borges*

Gastos	Total 2017 com regularizações	Orçamento 2017 Anual	Desvios	Execução
<b>Deslocações e Estadas</b>	2 792,04	1 347,23	<b>1 444,81</b>	207,24%
Deslocações e Estadas	2 792,04	1 347,23	<b>1 444,81</b>	207,24%
Transporte de mercadorias	0,00	0,00	<b>0,00</b>	
Outros	0,00	0,00	<b>0,00</b>	



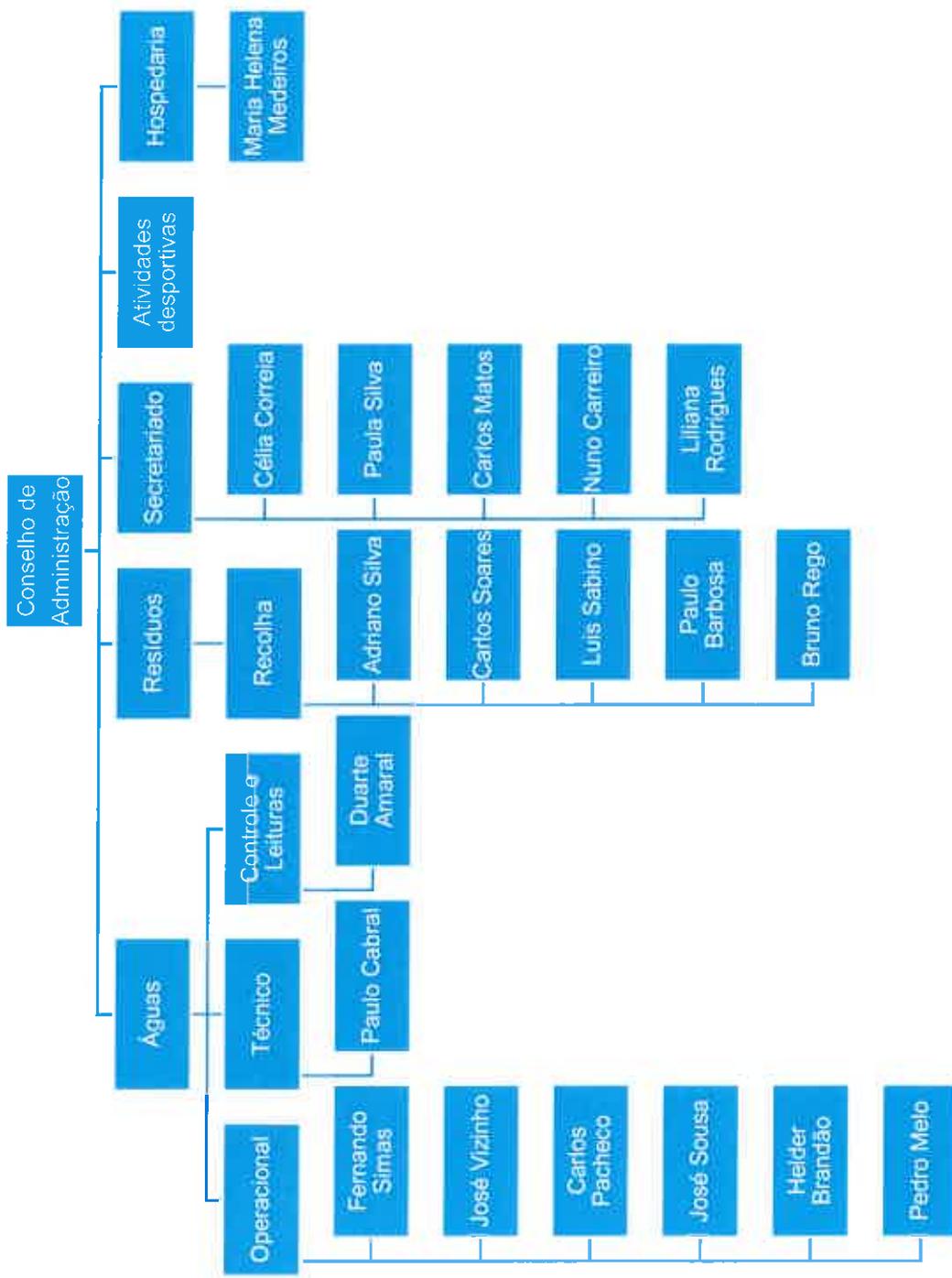
Gastos	Total 2017 com regularizações	Orçamento 2017 Anual	Desvios	Execução
<b>Serviços Diversos</b>	38 080,28	24 894,40	<b>13 185,88</b>	152,97%
Rendas e alugueres	15 404,24	795,48	<b>14 608,76</b>	1936,47%
Comunicação	8 217,11	7 264,20	<b>1 952,91</b>	126,88%
Seguros	3 635,34	9 945,92	<b>-4 310,58</b>	56,66%
Contencioso e Notariado	540,00	758,00	<b>-218,00</b>	71,24%
Despesas de representação	446,80	1 084,20	<b>-637,40</b>	41,21%
Limpeza Higiene e Conf	650,11	948,20	<b>-298,09</b>	68,56%
Outros serviços	977,64	0,00	<b>977,64</b>	
Gastos c/Viat ligeiras passageiros	5 209,04	4 098,40	<b>1 110,64</b>	127,10%




**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

<b>Rendimentos</b>	<b>Orçamento Anual 2017</b>	<b>Realizado IV Trimestre 2017</b>	<b>Desvio em Valor</b>	<b>Execução %</b>
71-Vendas	309 024,28 €	348 200,85 €	- 39 176,57 €	112,68%
72-Prest. Serviços	388 518,35 €	262 081,04 €	126 437,31 €	67,46%
73-Var. Inv. da Prod.				
74-Trab. p/ PP. Entidade				
75-Subsíd. à Exploração	- €	129 823,43 €	- 129 823,43 €	0,00%
76-Reversões				
77-Ganh.p/ Aum. Just V.		49,24 €		
78-Out. Rend. e Ganhos	98 792,45 €	1 867 902,50 €	- 1 769 110,05 €	1890,73%
78-Juros, Div e O. Rend	- €	- €		
<b>Total de Rendimentos</b>	<b>796 335,08 €</b>	<b>2 608 057,06 €</b>	<b>- 1 811 721,98 €</b>	<b>327,51%</b>
<b>Gastos</b>				
31+61-CMVMC	1 572,78 €	16 961,64 €	- 15 388,86 €	
62-Forn. Serv. Externos	135 929,26 €	225 816,50 €	- 89 887,24 €	166,13%
63-Gastos c/ o Pessoal	301 074,47 €	347 588,63 €	- 46 514,16 €	115,45%
64-Gastos Dep e Amort.	169 854,21 €	111 699,40 €	58 154,81 €	65,76%
65-Perdas p/ Imparidade		5 836,37 €		
66-Perd.p/ Red. Just V.				
67-Provisões do Período				
68-Out Gastos e Perdas	1 205,52 €	1 803 860,82 €	- 1 802 655,30 €	100,00%
69-Gast. e Perd. Financ	104 139,40 €	96 293,70 €	7 845,70 €	92,47%
<b>Total de Gastos</b>	<b>713 775,64 €</b>	<b>2 608 057,06 €</b>	<b>- 1 894 281,42 €</b>	<b>365,39%</b>
<b>Res. A/ de Imp.</b>	<b>82 559,43 €</b>	<b>- €</b>		

<b>RESULTADOS</b>	
<b>Res. A/ de Imp.</b>	<b>- €</b>
<b>Imposto s/Rendimento Exerc</b>	<b>- 2 205,17 €</b>
<b>Res. Líquido Exercício</b>	<b>- 2 205,17 €</b>

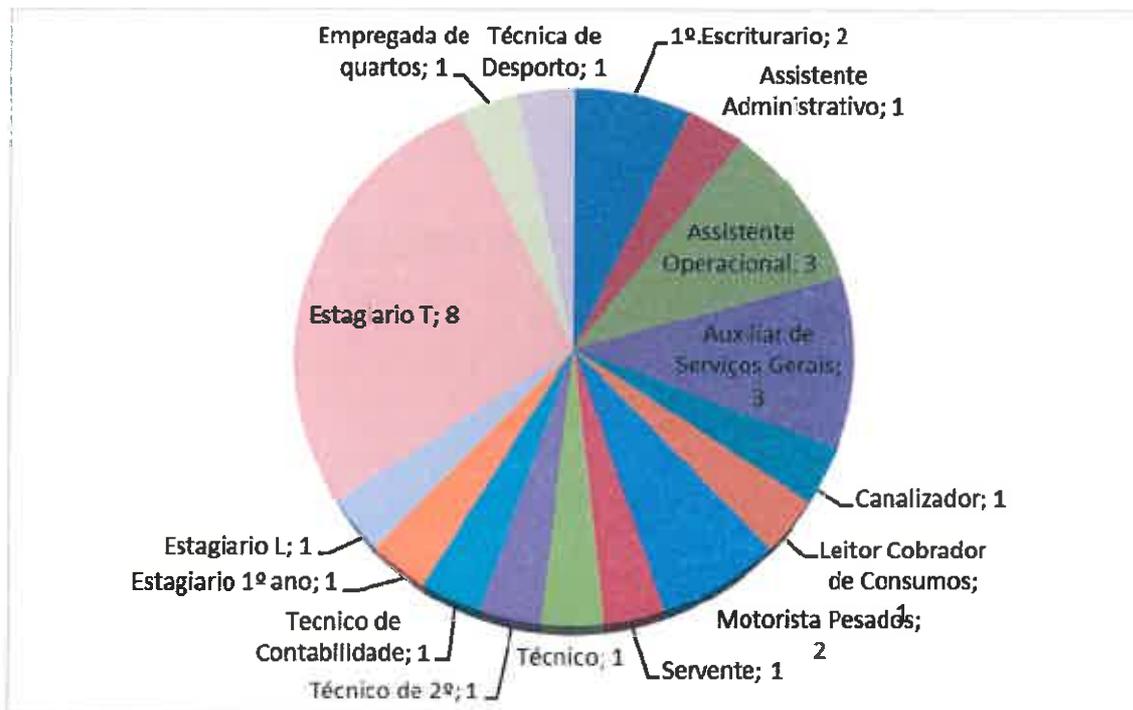


*M. Borges*

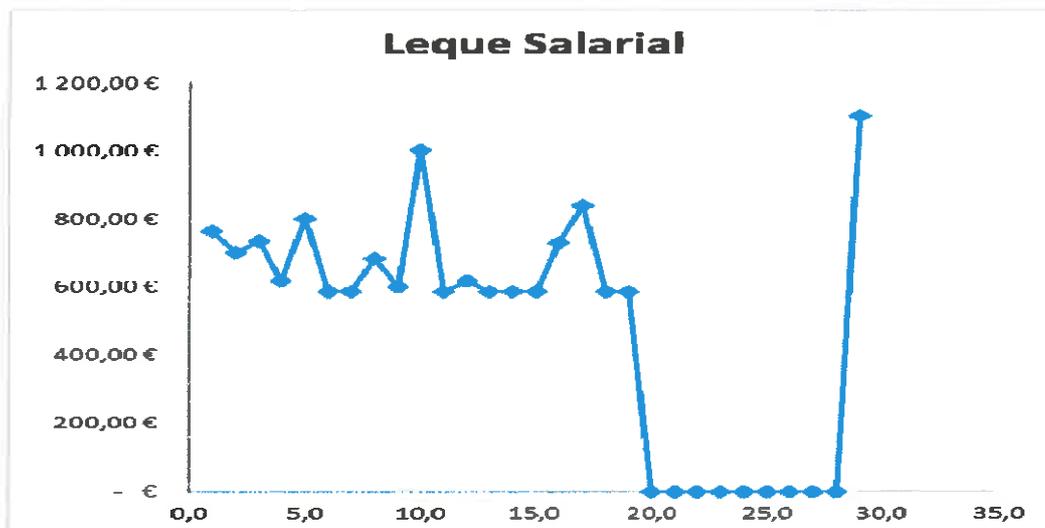
**RECURSOS HUMANOS**

No que se refere ao reporte dos recursos humanos, em 2017 a Empresa teve como nº médio ao serviço o total de 29 pessoas. Este número está diretamente ligado á manutenção das candidaturas dos programas, ESTAGIÁRIO T, ESTAGIÁRIO L e contratos de trabalho ao abrigo do PIIE-Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário L e T.

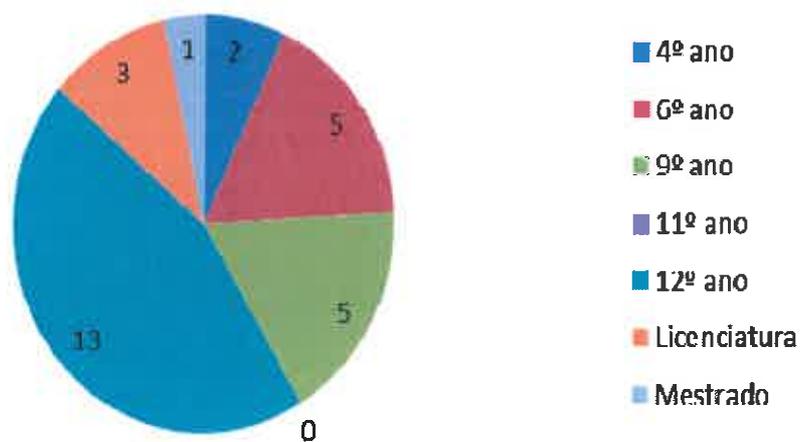
**QUADRO DE PESSOAL POR CATEGORIA PROFISSIONAL**



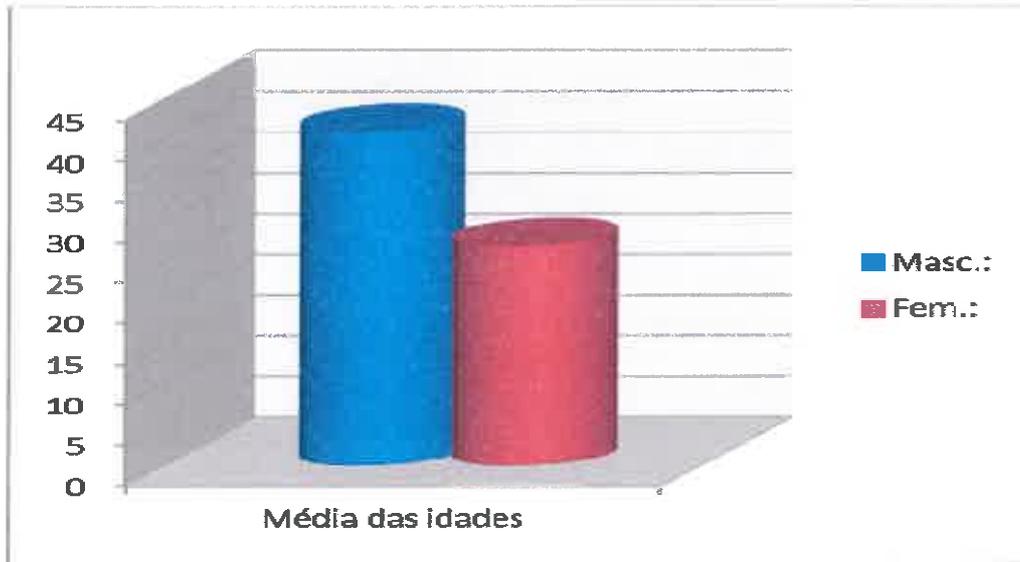
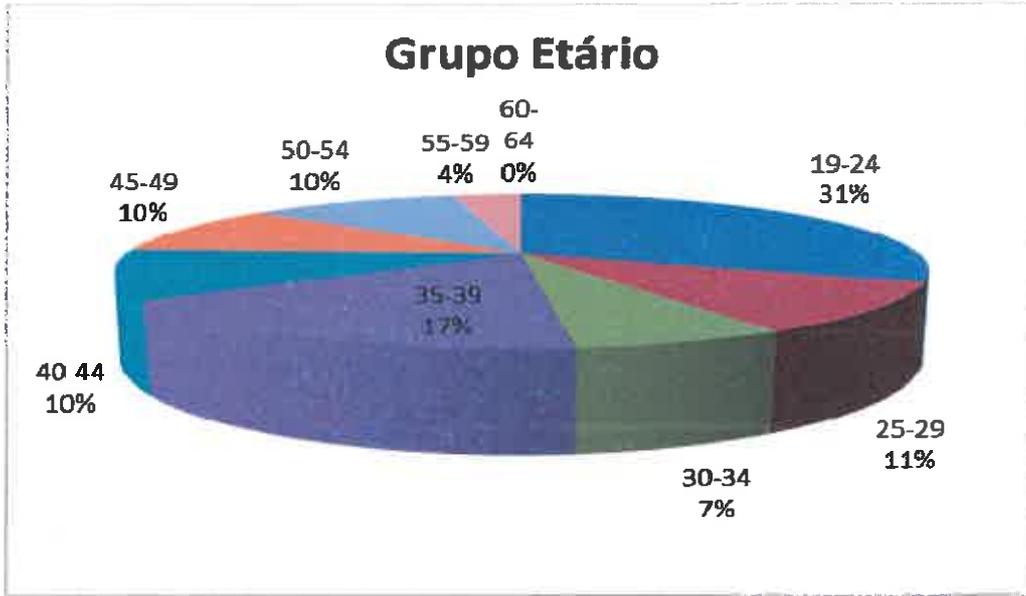
**LEQUE SALARIAL INDEXADO AO Nº DE COLABORADORES**

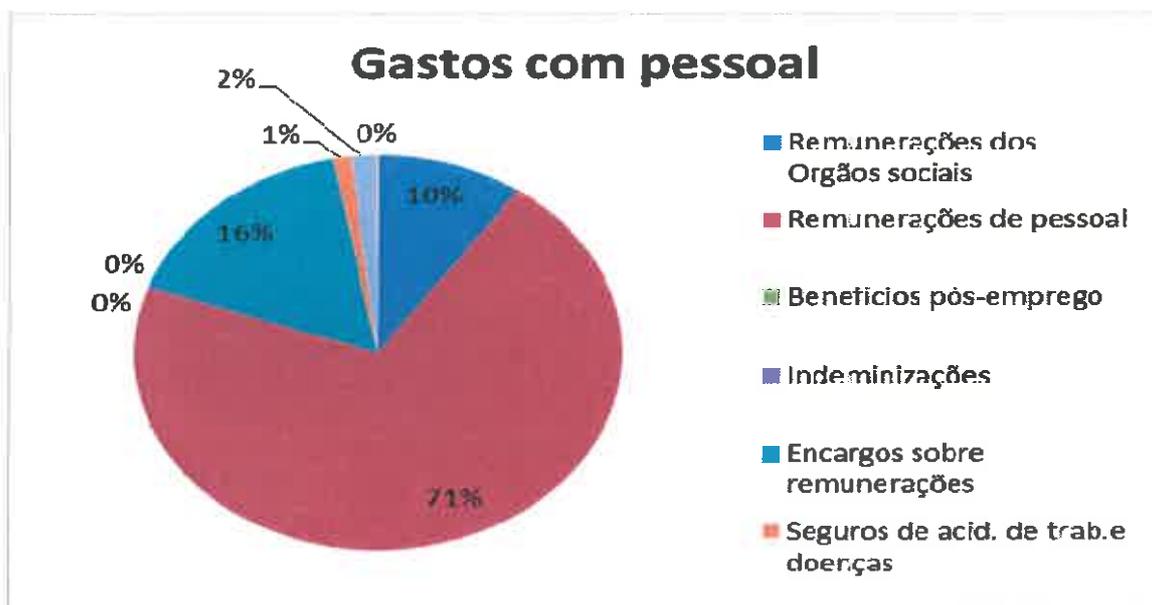


**Nº Trabalhadores por níveis de escolaridade:**



*A. Borges*





#### Evolução dos Gastos com pessoal

	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Remunerações dos Órgãos sociais	33 616,39 €	38 491,18 €	9,7%
Remunerações de pessoal	245 827,24 €	303 030,50 €	70,7%
Benefícios pós-emprego	- €	- €	
Indeminizações	- €	- €	
Encargos sobre remunerações	57 830,11 €	70 920,62 €	16,6%
Seguros de acid. de trab.e doenças	4 105,17 €	4 465,26 €	1,2%
Gastos de acção social	5 728,38 €	10 890,12 €	1,6%
Outros custos com pessoal	481,34 €	6 314,54 €	0,1%
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>347 588,63 €</b>	<b>434 112,22 €</b>	

**EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**

No decurso do exercício de 2017 a Empresa procedeu a abertura dos seguintes concursos, tendo executado no ano em questão as seguintes obras previstas no plano plurianual de investimentos:

Designação do Procedimento	Adjudicatário	Valor s/ iva	Data Da Adjudicação/ Contrato	Publicitado
Ajuste Direto Simplificado para Prestação de Serviços de Elaboração e Execução do Plano de Desratização e Desbaratização nas Instalações do Aterro Sanitário do Nordeste Data de Abertura: Proc.º nº 1/2017	Anticimex	1.180€	20.01.2017	-----
Prestação de Serviços de Controlo de Qualidade da Água dos Sistemas de Abastecimento Público destinado ao Consumo Humano-Simplificado Proc.º nº 2/2017	INOVA	40,85€	16.01.2017	-----
Ajuste Direto para Prestação de Serviços de Elaboração dos Projetos: Projeto de execução de Reabilitação das Infra-estruturas de Saneamento Básico e dos Pavimentos em diversos arruamentos na Freguesia da Salga, Projeto de execução de Reabilitação do Sistema de Saneamento de águas Residuais Domésticas e da Construção da Estação de Tratamento de Águas	Polígno Estudos e Projetos de Engenharia, Lda.	45.000,00€	31.03.2017	17.04.2017

<p>Residuais da Vila de Nordeste, Projeto de execução de Reabilitação das Infra-estruturas de Saneamento Básico e das condutas de água da Rua do Arraiado - Lomba da Fazenda, Projeto de execução de Reabilitação de Redes de Drenagem unitárias e do destino final de diversas redes de drenagem existentes na Freguesia da Lomba da Fazenda, Projeto de execução de Reabilitação do Sistema de Saneamento de águas residuais domésticas e da construção do sistema de elevação de fossas em Santo António” Data de Abertura:6.01.2017 Proc.º nº 3/2017</p>				
<p>Ajuste direto para Fornecimento de TukTuk e UTV Abertura:6.01.2017 Proc.º nº 4/2017 <u>Anulado:</u> deliberação C.A. de 5/12/2017</p>				
<p>Prestação de Serviços de Controlo de Qualidade da Água dos Sistemas de Abastecimento Público destinado ao Consumo Humano- simplificado Procº nº 5/2017</p>	<p>INOVA</p>	<p>800,77€</p>	<p>13.02.2017</p>	<p>-----</p>
<p>Fornecimento de Sistema de Gestão de Assiduidade-</p>	<p>IDONIC People&amp;Electronic</p>	<p>2.170,00€</p>	<p>20/01/2017</p>	<p>-----</p>

<p>simplificado Proc° n° 6/2017 Solicitado <u>Resolução</u> <u>docontrato</u> em 18.01.2018</p>				
<p>Concurso Público para a Empreitada de Execução da Adutora de Abastecimento de Água à Lomba da Fazenda a partir da Adutora da Nascente das Anieiras Data de Abertura:17.02.2017 Proc.° n° 7/2017 Anulado deliberação do C.A. de 7/03/2018</p>				
<p>Ajuste Direto Simplificado para Apoio à Candidatura ao PO2020- Projeto de Reabilitação do Sistema de Saneamento de Águas Residuais Domésticas do Lugar da Feteira Pequena Proc.° n° 8/2017</p>	Ecoserviços, Lda.	1.200,00€	17/04/2017	-----
<p>Ajuste Direto Simplificado para Prestação de Serviços de Medicina no Trabalho Data de Abertura:9.06.2017 Proc.° n° 9/2017</p>	Securmédica, Lda.	999,96€	23/06/2017	-----
<p>Ajuste Direto Simplificado para Prestação de Serviços de Atualização do Modelo de Cálculo do Tarifário de águas e Resíduos Proc.° n° 10/2017</p>	Ecoserviços Lda.	1200,00€	23.06.2017	-----
<p>Ajuste Direto Simplificado para</p>				

<p>Prestação de Serviços de Análise da qualidade técnica das propostas no âmbito do concurso público de Execução da Adutora de Abastecimento de Água à Lomba da Fazenda a partir da Adutora da Nascente das Anieiras Proc.º nº 11/2017</p>	<p>Engº Tavares Vieira, Lda.</p>	<p>1.450,00€</p>	<p>15.09.2017</p>	<p>-----</p>
<p>Ajuste Direto para Prestação de Serviço de Fiscalização da Empreitada de Construção da Adutora de Abastecimento de Água à Lomba da Fazenda a partir da Adutora da Nascente das Anieiras Data de Abertura: 18.08.2017 Proc.º nº 12/2017 (Aguarda delib. Adjudicação)</p>				
<p>Concurso Público para Empreitada de construção da Reabilitação das Infra-estruturas de Saneamento Básico do Lugar da Feteira Pequena – Freguesia de Santana Data de Abertura: 18.08.2017 Proc.º nº 13/2017</p>				
<p>Ajuste Direto Para Fornecimento Continuo de Combustíveis para as Viaturas da Nordeste Ativo E.M., S.A. Abertura: 10.11.2017 Proc.º nº 14/2017</p>	<p>Galp</p>	<p>22.500,00€</p>	<p>28/12/2017</p>	<p>6.02.2018</p>
<p>Ajuste Direto Para Prestação de Serviços de Assessoria em Gestão à Nordeste Ativo E.M., S.A.</p>	<p>Dr. Marco Filipe</p>	<p>30.000,00€</p>	<p>28/11/2017</p>	<p>4.12.2017</p>

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Abertura: 10.11.2017 Proc.º nº 15/2017				
Ajuste Direto Para Prestação de Serviços Seguros para a Ativo E.M., S.A. Abertura: 10.11.2017 Proc.º nº 16/2017	Seguradoras Unidas S.A.	6.789,04€	28/12/2017	18.01.2018
Ajuste Direto Para Prestação de Serviços na Área de Direito para a Ativo E.M., S.A. Abertura: 22.11.2017 Proc.º nº 17/2017	DrºGoretti Luís	20.000,00€	5.01.2018	11.01.2018

## ENTIDADES SOCIETÁRIAS PARTICIPADAS

<b>Designação e sede das entidades participadas</b>								
<b>Entidades Societárias Participadas</b>								
<b>Denominação:</b>	GEDERNOR – CONSTRUÇÃO E GESTÃO EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E TURÍSTICOS DO NORDESTE, S.A.							
<b>Endereço:</b>	Rua Dona Maria do Rosário nº4 - 9630-141 Nordeste							
<b>Forma Jurídica</b>	Sociedade Anónima							
<b>NPC/NIF</b>	512092095							
<b>CAE</b>	45230							
<b>Objecto</b>	Construção, gestão e conservação de equipamentos desportivos e recreativos, bem como na construção e gestão de infra-estruturas turísticas e urbanísticas							
<b>Escritura</b>	23 de Setembro de 2005							
<b>Publ. Estatutos / Jornal Oficial</b>	N.º JO.3 N.º Série: III pág. Inicial 170 de 2006/02/15							
<b>Utilidade Pública</b>	Não aplicável							
<b>Conselho de Administração</b>	Milton Pacheco Borges Mendonça António Fernando Pacheco Sousa José Fernando Brochado de Morais							
<b>Capital</b>	50.000,00 €							
<b>Estrutura das participações:</b>	<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="border-bottom: 1px solid black; padding: 2px 5px;">Nordeste Activo - 49% (24.500,00 €)</td> </tr> <tr> <td style="border-bottom: 1px solid black; padding: 2px 5px;">Irmãos Cavaco – Construções Açores S.A - 21% (10.500,00 €)</td> </tr> <tr> <td style="border-bottom: 1px solid black; padding: 2px 5px;">Irmãos Cavaco S.A. - 20% (10.000,00 €)</td> </tr> <tr> <td style="border-bottom: 1px solid black; padding: 2px 5px;">José de Simas Moniz &amp; Filhos, Lda - 2.5% (1.250,00 €)</td> </tr> <tr> <td style="border-bottom: 1px solid black; padding: 2px 5px;">Antecipe – Construção e Engenharia, Lda - 2.5% (1.250,00 €)</td> </tr> <tr> <td style="border-bottom: 1px solid black; padding: 2px 5px;">Construções e Carpintaria Nordestense, Lda - 2.5% (1.250,00 €)</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px 5px;">Construções Achadense, Lda - 2.5% (1.250,00 €)</td> </tr> </table>	Nordeste Activo - 49% (24.500,00 €)	Irmãos Cavaco – Construções Açores S.A - 21% (10.500,00 €)	Irmãos Cavaco S.A. - 20% (10.000,00 €)	José de Simas Moniz & Filhos, Lda - 2.5% (1.250,00 €)	Antecipe – Construção e Engenharia, Lda - 2.5% (1.250,00 €)	Construções e Carpintaria Nordestense, Lda - 2.5% (1.250,00 €)	Construções Achadense, Lda - 2.5% (1.250,00 €)
Nordeste Activo - 49% (24.500,00 €)								
Irmãos Cavaco – Construções Açores S.A - 21% (10.500,00 €)								
Irmãos Cavaco S.A. - 20% (10.000,00 €)								
José de Simas Moniz & Filhos, Lda - 2.5% (1.250,00 €)								
Antecipe – Construção e Engenharia, Lda - 2.5% (1.250,00 €)								
Construções e Carpintaria Nordestense, Lda - 2.5% (1.250,00 €)								
Construções Achadense, Lda - 2.5% (1.250,00 €)								

**Nota:** Em 28 de janeiro de 2015 a Gedernor S.A. apresentou sentença de declaração de insolvência e nomeia administrador judicial no processo de insolvência.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

### ANALISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

	Dezembro 2016	Dezembro 2017	Var. %
Activo Líquido	3 494 985,27	3 958 569,81	13,26%
Passivo Remunerado	418 442,42	461 204,08	10,22%
Capitais Próprios	1 395 074,06	1 519 315,99	8,91%
Capital Social	50 000,00	50 000,00	0,00%

Valores em euros

A diminuição dos Capitais Próprios deve-se ao reconhecimento e contabilização dos subsídios referentes aos investimentos realizados, que são especializados anualmente, ao longo da vida útil desses mesmos investimentos (ver nota 19.2) alinea g).

	Dezembro 2016	Dezembro 2017	Var. %
Volume de Negócios	673 172,32	610 281,89	-9,34%
EBITDA	305 572,12	207 993,10	-31,93%
Res. Antes Impostos	11 959,05	0,00	-100,00%
Resultado Líquido	9 918,64	-2 205,17	-122,23%

Valores em euros

O volume de negócios apresentou um comportamento negativo, refletindo a manutenção do tarifário e uma redução de vendas e prestações de serviços.

O EBITDA, correspondente ao lucro antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos teve um decréscimo significativo, explicado em parte pela fraca redução nas rubricas dos gastos com fornecimentos e serviços externos e com pessoal, face à manutenção do volume de negócios.

## INDICADORES ECONÓMICOS-FINANCEIROS

	Dezembro 2016	Dezembro 2017	Var. %
Margem EBITDA (1)	45,39%	34,08%	-24,92%
Dívida Líquida Financeira (2)	23,07%	23,29%	0,93%
Rendibilidade Operacional (3)	45,39%	34,08%	-24,92%
Autonomia Financeira (4)	39,92%	38,38%	-3,85%
Solvabilidade (5)	66,43%	62,29%	-6,24%

Valores em euros

(1) EBITDA / Volume de Negócios

(2) Passivo MLP / (Passivo MLP + Capital Próprio)

(3) EBITDA / Vendas e serv.Prest.

(4) Capital Próprio / Activo

(5) Capital Próprio / Passivo

A Dívida Líquida Financeira sofreu um pequeno acréscimo de 0,93%, face a 2016, enquanto a Margem EBITDA acompanha a diminuição verificada no indicador de Rendibilidade Operacional da empresa.

Relativamente aos indicadores de Autonomia Financeira e de Solvabilidade a empresa apresenta no final de 2017 um decréscimo deste indicador, no entanto, os valores traduzem uma situação positiva.

### - Demonstração dos resultados

O exercício de 2017 apresenta como resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) um valor positivo no montante de 96.293,70 euros, no entanto este resultado foi obtido através da transferência de uma verba no valor de 129.823,43€ do Município de Nordeste para fazer face à cobertura do prejuízo verificado.

*Handwritten signature: A. Borges*

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31/dez/17	31/dez/16	Absoluta	Relativa
Vendas e serviços prestados	610 281,89	673 172,32	-62 890,43	-9,34%
Subsídios à exploração	129 823,43	182 669,00	-52 845,57	-28,93%
Ganhos/perdas imputados de sub., asso. e empreend. Conj.	0,00	0,00		
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00		
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00		
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-16 961,64	-13 514,27	-3 447,37	25,51%
Fornecimentos e serviços externos	-225 816,50	-243 122,04	17 305,54	-7,12%
Gastos com o pessoal	-347 588,63	-434 112,22	86 523,59	-19,93%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-5 836,37	22,32		
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00		
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)	0,00	0,00		
Aumentos/reduções de justo valor	49,24	18,02		
Outros rendimentos e ganhos	1 867 902,50	143 479,78	1 724 422,72	1201,86%
Outros gastos e perdas	-1 803 860,82	-3 040,79	-1 800 820,03	59222,11%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>	<b>207 993,10</b>	<b>305 572,12</b>	<b>-97 579,02</b>	<b>-31,93%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-111 699,40	-198 486,18	86 786,78	-43,72%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00		
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>96 293,70</b>	<b>107 085,94</b>	<b>-10 792,24</b>	<b>-10,08%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00		
Juros e gastos similares suportados	-96 293,70	-95 126,89	-1 166,81	1,23%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>0,00</b>	<b>11 959,05</b>	<b>-11 959,05</b>	<b>-100,00%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-2 205,17	-2 040,41	-164,76	8,07%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-2 205,17</b>	<b>9 918,64</b>	<b>-12 123,81</b>	<b>-122,23%</b>

Da análise efetuada verifica-se uma diminuição dos resultados operacionais comparativamente ao ano anterior, tal facto deriva, como já foi mencionado da manutenção do tarifário do abastecimento de água, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, e saneamento.

#### - Balanço

Pela estrutura do Balanço, pode observar-se que, o Total do Capital Próprio aumentou, em virtude da aplicação dos subsídios ao investimento na rubrica “outras variações no capital próprio”, e pelo resultado líquido positivo, do ano anterior que transitou para resultados transitados, valor final do capital próprio é de 1.519.315,99 euros.

RUBRICAS	DATAS		Variação	
	31/dez/17	31/dez/16	Absoluta	Relativa
<b>ACTIVO</b>				
<b>Activo não corrente</b>				
Activos fixos tangíveis	1 648 635,40	3 314 004,21	-1 665 368,81	-50,25%
Outros activos financeiros	997,01	624,51	372,50	
Activos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	
	<b>1 649 632,41</b>	<b>3 314 628,72</b>	<b>-1 664 996,31</b>	<b>-50,23%</b>
<b>Activo Corrente</b>			0,00	
Inventários	47 372,01	43 625,60	3 746,41	8,59%
Activos biológicos	0,00	0,00	0,00	
Clientes	96 490,28	98 901,46	-2 411,18	-2,44%
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	
Estados e outros entes públicos	14 975,50	9 519,05	5 456,45	57,32%
Accionistas/sócios	0,00	0,00	0,00	
Outras contas a receber	2 122 343,79	5 917,27	2 116 426,52	35766,94%
Diferimentos	1 751,36	2 641,53	-890,17	-33,70%
Activos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	
Outros activos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Activos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	
Caixa e depósitos bancários	26 004,46	19 751,64	6 252,82	31,66%
	<b>2 308 937,40</b>	<b>180 356,55</b>	<b>2 128 580,85</b>	<b>1180,21%</b>
<b>Total do activo</b>	<b>3 958 569,81</b>	<b>3 494 985,27</b>	<b>463 584,54</b>	<b>13,26%</b>

*A. Borges*

UNIDADE  
MONETÁRIA  
(1)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	DATAS		Variação	
	31/dez/17	31/dez/16	Absoluta	Relativa
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>Capital próprio</b>				
Capital realizado	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00		
Reservas legais	2 776,34	2 776,34	0,00	0,00%
Outras reservas	0,00	0,00		
Resultados transitados	-410 849,58	-420 768,22	9 918,64	-2,36%
Outras variações no capital próprio	1 879 594,40	1 753 147,30	126 447,10	7,21%
Resultado líquido do período	-2 205,17	9 918,64	-12 123,81	122,23%
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1 519 315,99</b>	<b>1 395 074,06</b>	<b>124 241,93</b>	<b>8,91%</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Provisões	0,00	0,00		
Financiamentos obtidos	461 204,08	418 442,42	42 761,66	10,22%
Passivos por impostos diferidos	8,27	3,03	5,24	172,94%
Outras contas a pagar	0,00	0,00		
	<b>461 212,35</b>	<b>418 445,45</b>	<b>42 766,90</b>	<b>10,22%</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	129 321,36	76 340,04	52 981,32	69,40%
Estado e outros entes públicos	8 349,22	10 552,41	-2 203,19	-20,88%
Financiamentos obtidos	1 352 725,92	1 162 453,06	190 272,86	16,37%
Outras contas a pagar	487 644,97	431 300,77	56 344,20	13,06%
Diferimentos	0,00	819,48		
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00		
Outros passivos financeiros	0,00	0,00		
Passivos não correntes detidos para venda	0,00	0,00		
	<b>1 978 041,47</b>	<b>1 681 465,76</b>	<b>296 575,71</b>	<b>17,64%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2 439 253,82</b>	<b>2 099 911,21</b>	<b>339 342,61</b>	<b>16,16%</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>3 958 569,81</b>	<b>3 494 985,27</b>	<b>463 584,54</b>	<b>13,26%</b>

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

### - Financiamento

Verifica-se um crescimento de 15,31% do valor dos financiamentos obtidos, relativamente ao ano de 2016, no valor de 242.007,85€. No entanto, neste valor está contemplado o financiamento da candidatura referente à aquisição de contentores que será reembolsado o valor do subsídio em 127.524,00€, reduzindo desta forma, a variação para 114.483,85€.

Os financiamentos obtidos em 2017 e em 2016 são detalhados conforme se segue

	2017				2016			
	Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado		Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado	
			Amortizações	A liquidar			Amortizações	A liquidar
<b>Empréstimos Bancários</b>								
SANTANDER TOTTA	42 155,88 €	- €	8 894,15 €	33 261,73 €	- €	46 500,00 €	4 344,12 €	42 155,88 €
SANTANDER TOTTA	8 973,33 €	- €	- €	8 973,33 €	- €	778 800,42 €	769 827,09 €	8 973,33 €
SANTANDER TOTTA CCC	228 500,00 €	110 000,00 €	90 000,00 €	248 500,00 €	250 000,00 €	- €	21 500,00 €	228 500,00 €
BANIF 70144	105 416,71 €	- €	9 166,66 €	96 250,05 €	114 583,37 €	- €	9 166,66 €	105 416,71 €
CAIXA GERAL DEPÓSITOS	580 000,00 €	- €	- €	580 000,00 €	580 000,00 €	- €	- €	580 000,00 €
NOVOBANCO CCC	263 100,00 €	163 000,00 €	- €	426 100,00 €	225 000,00 €	38 100,00 €	- €	263 100,00 €
BESA LIVRANÇA	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
NB AÇORES Nº2371	- €	150 028,00 €	3 252,06 €	146 775,94 €	- €	- €	- €	- €
NOVOBANCO LEASING FIAT	2 681,37 €	- €	2 681,37 €	- €	5 477,96 €	- €	2 796,59 €	2 681,37 €
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	350 068,19 €	- €	67 025,91 €	283 042,28 €	413 583,71 €	- €	63 515,52 €	350 068,19 €
	1 580 895,48 €	423 028,00 €	181 020,15 €	1 822 903,33 €	1 588 645,04 €	863 400,42 €	871 149,98 €	1 580 895,48 €
	1 580 895,48 €	423 028,00 €	181 020,15 €	1 822 903,33 €	1 588 645,04 €	863 400,42 €	871 149,98 €	1 580 895,48 €

Os financiamentos obtidos em 2016 e em 2015 são detalhados conforme se segue

	2016				2015			
	Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado		Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado	
			Amortizações	A liquidar			Amortizações	A liquidar
<b>Empréstimos Bancários</b>								
SANTANDER TOTTA	- €	46 500,00 €	4 344,12 €	42 155,88 €	- €	- €	- €	- €
SANTANDER TOTTA	- €	778 800,42 €	769 827,09 €	8 973,33 €	- €	- €	- €	- €
BANIF CCC	250 000,00 €	- €	21 500,00 €	228 500,00 €	250 000,00 €	- €	- €	250 000,00 €
BANIF 70144	114 583,37 €	- €	9 166,66 €	105 416,71 €	123 750,03 €	- €	9 166,66 €	114 583,37 €
CAIXA GERAL DEPÓSITOS	580 000,00 €	- €	- €	580 000,00 €	580 000,00 €	- €	- €	580 000,00 €
NOVOBANCO CCC	225 000,00 €	38 100,00 €	- €	263 100,00 €	200 000,00 €	25 000,00 €	- €	225 000,00 €
BESA LIVRANÇA	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
BES LEASING TRATOR	- €	- €	- €	- €	764,87 €	- €	764,87 €	- €
NOVOBANCO LEASING FIAT	5 477,96 €	- €	2 796,59 €	2 681,37 €	8 111,98 €	- €	2 634,02 €	5 477,96 €
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	413 583,71 €	- €	63 515,52 €	350 068,19 €	470 255,50 €	- €	56 671,79 €	413 583,71 €
	1 588 645,04 €	863 400,42 €	871 149,98 €	1 580 895,48 €	1 632 882,38 €	25 000,00 €	69 237,34 €	1 588 645,04 €
	1 588 645,04 €	863 400,42 €	871 149,98 €	1 580 895,48 €	1 632 882,38 €	25 000,00 €	69 237,34 €	1 588 645,04 €

Os financiamentos obtidos em 2015 e em 2014 são detalhados conforme se segue

	2015				2014			
	Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado		Saldo Inicial	Reforço	Montante utilizado	
			Amortizações	A liquidar			Amortizações	A liquidar
<b>Empréstimos Bancários</b>								
BANIF 70143	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
BANIF CCC	250 000,00 €	- €	- €	250 000,00 €	450 000,00 €	- €	200 000,00 €	250 000,00 €
BANIF 70144	123 750,03 €	- €	9 166,66 €	114 583,37 €	132 916,69 €	- €	9 166,66 €	123 750,03 €
CAIXA GERAL DEPÓSITOS	580 000,00 €	- €	- €	580 000,00 €	880 000,00 €	- €	300 000,00 €	580 000,00 €
BESA CCC	200 000,00 €	25 000,00 €	- €	225 000,00 €	500 000,00 €	- €	300 000,00 €	200 000,00 €
BESA LIVRANÇA	- €	- €	- €	- €	50 000,00 €	- €	50 000,00 €	- €
BES LEASING TRATOR	764,87 €	- €	764,87 €	- €	5 262,25 €	- €	4 497,38 €	764,87 €
BES LEASING FIAT	8 111,98 €	- €	2 634,02 €	5 477,96 €	10 586,07 €	- €	2 474,09 €	8 111,98 €
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	470 255,50 €	- €	56 671,79 €	413 583,71 €	521 552,55 €	- €	51 297,05 €	470 255,50 €
	1 632 882,38 €	25 000,00 €	69 237,34 €	1 588 645,04 €	2 550 317,56 €	- €	917 435,18 €	1 632 882,38 €
	1 632 882,38 €	25 000,00 €	69 237,34 €	1 588 645,04 €	2 550 317,56 €	- €	917 435,18 €	1 632 882,38 €



## PERSPECTIVAS FUTURAS

O Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2018, traduz a necessidade de conclusão dos projetos em curso, ligados essencialmente ao aproveitamento e melhoria da captação, distribuição de água, e saneamento.

Não obstante, perspectiva-se consolidar algumas medidas de gestão que foram implementadas, nomeadamente, através de uma racionalização dos investimentos, e contenção de despesa em virtude das dificuldades na obtenção de crédito e da conjuntura atual.

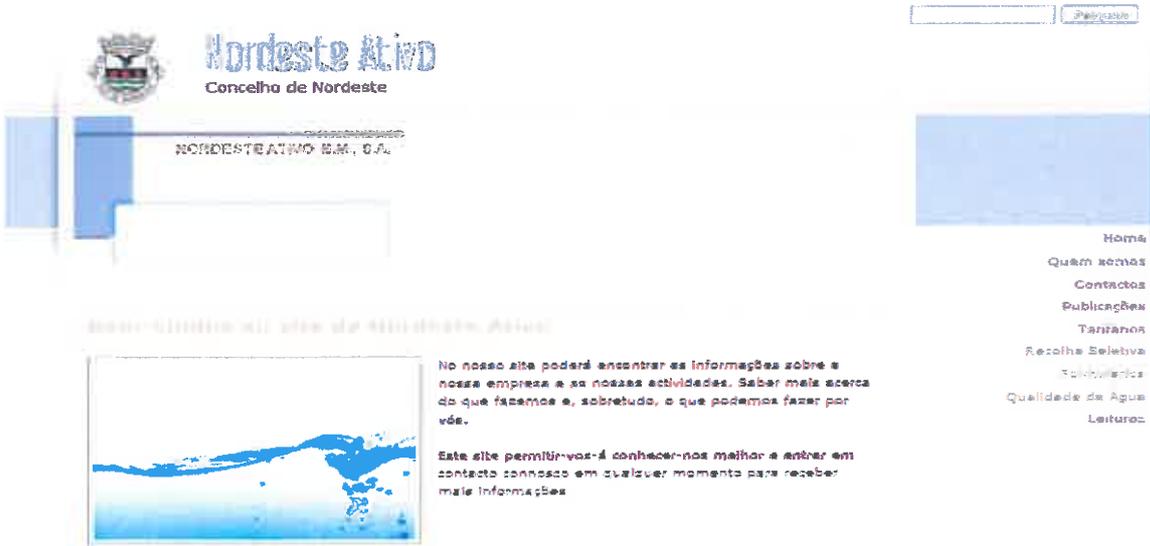
## COMUNICAÇÃO E IMAGEM

A empresa deu prioridade à necessidade de continuar a fazer a aproximação da Nordeste Activo aos seus clientes/utilizadores fortalecendo uma relação de confiança entre as partes.

### Sítio Institucional

O sítio da empresa retrata a estratégia de comunicação junto dos clientes/utilizadores, das instituições e das comunidades onde presta serviço.

<http://www.nordesteativo.pt/>



#### **FACTOS RELEVANTES**

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para as actividades da empresa.

#### **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

A gerência, propõe que o resultado liquido negativo do exercício de 2017, no valor de 2.205,17 euros, tenha a seguinte aplicação:

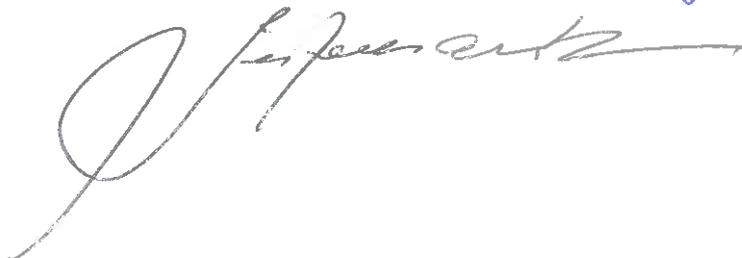
Para Resultados Transitados ..... 2.205,17euros

NORDESTE, 2 de abril de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Natália da Conceição Reis Borges



Entidade: Nordeste Activo E.M. S.A.

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2017

*Borges*  
*Alc*  
*[Signature]*  
 (Em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 dez. 2017	31 dez. 2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3/6/20	1.648.635,40	3.314.004,21
Outros investimentos financeiros	3/10	997,01	624,51
Activos por impostos diferidos	3		
		<b>1.649.632,41</b>	<b>3.314.628,72</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	3/9	47.372,01	43.625,60
Cientes	3/10	96.490,28	98.901,46
Estado e outros entes públicos	3/19	14.975,50	9.519,05
Outros créditos a receber	3/10/19	2.122.343,79	5.917,27
Diferimentos	3/19	1.751,36	2.641,53
Caixa e depósitos bancários	3/4/10	26.004,46	19.751,64
		<b>2.308.937,40</b>	<b>180.356,55</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.958.569,81</b>	<b>3.494.985,27</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	5/1019	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	10/19	2.776,34	2.776,34
Resultados transitados	19	- 410.849,58	- 420.768,22
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	15/19	1.879.594,40	1.753.147,30
Resultado líquido do período	19	- 2.205,17	9.918,64
Interesses que não controlam			
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	19	<b>1.519.315,99</b>	<b>1.395.074,06</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	3/10/11	461.204,08	418.442,42
Passivos por impostos diferidos	3/17	8,27	3,03
		<b>461.212,35</b>	<b>418.445,45</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3/10	129.321,36	76.340,04
Estado e outros entes públicos	3/19	8.349,22	10.552,41
Financiamentos obtidos	3	1.352.725,92	1.162.453,06
Outras dívidas a pagar	3/10/11/19	487.644,97	431.300,77
Diferimentos	3/19		819,48
		<b>1.978.041,47</b>	<b>1.681.465,76</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>2.439.253,82</b>	<b>2.099.911,21</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>3.958.569,81</b>	<b>3.494.985,27</b>



Entidade: Nordeste Activo E.M. S.A.  
 Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas  
 Período findo em 31 de dezembro de 2017

*m3orges*  


(Em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	3/13/20	610.281,89	673.172,32
Subsídios à exploração	3/5/15	129.823,43	182.669,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3/9	- 16.961,64	- 13.514,27
Fornecimentos e serviços externos	19/20	- 225.816,50	- 243.122,04
Gastos com o pessoal	3/5/18/20	- 347.588,63	- 434.112,22
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	3/10	- 5.836,37	22,32
Aumentos/ reduções de justo valor	10	49,24	18,02
Outros rendimentos	19	1.867.902,50	143.479,78
Outros gastos	19	- 1.803.860,82	- 3.040,79
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>207.993,10</b>	<b>305.572,12</b>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	3/6	- 111.699,40	- 198.486,18
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>96.293,70</b>	<b>107.085,94</b>
Juros e gastos similares suportados	3/10/11/19	- 96.293,70	- 95.126,89
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>0,00</b>	<b>11.959,05</b>
Imposto sobre o rendimento do período	3/17	- 2.205,17	- 2.040,41
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>- 2.205,17</b>	<b>9.918,64</b>



DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores de capital de empresa-mãe										Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
Posição no início do período 2015	1	50.000,00	-	-	-	2.776,34	-	429.799,50	-	1.849.524,89	9.031,28	1.481.533,01	-	1.481.533,01
Alterações no Período														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico														
Alterações de políticas contábilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
96.377,59								9.031,28		96.377,59		96.377,59		96.377,59
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	2							9.031,28		96.377,59		96.377,59		96.377,59
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	3							9.031,28		96.377,59		96.377,59		96.377,59
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital														
Realizações de prêmios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
887,36	4-2+3									887,36		86.488,95		86.488,95
Posição no fim do período 2015	5	50.000,00	-	-	-	2.776,34	-	420.768,22	-	1.753.147,20	9.918,64	1.395.074,06	-	1.395.074,06

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores de capital de empresa-mãe										Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
Posição no início do período 2016	6	50.000,00	-	-	-	2.776,34	-	420.768,22	-	1.753.147,20	9.918,64	1.395.074,06	-	1.395.074,06
Alterações no Período														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico														
Alterações de políticas contábilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
126.447,10								9.918,64		126.447,10		126.447,10		126.447,10
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	7							9.918,64		126.447,10		126.447,10		126.447,10
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	8							9.918,64		126.447,10		126.447,10		126.447,10
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital														
Realizações de prêmios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
2.205,17	9-1+8									2.205,17		2.205,17		2.205,17
Posição no fim do período 2016	10	50.000,00	-	-	-	2.776,34	-	410.698,58	-	1.879.594,40	2.205,17	1.519.315,99	-	1.519.315,99



Entidade: Nordeste Activo E.M. S.A.

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2017

*Handwritten signature: A. Borges*

(Em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		614.887,08	678.705,41
Pagamentos a fornecedores		- 221.808,14	- 237.947,68
Pagamentos ao pessoal		- 346.455,14	- 435.293,07
Caixa gerada pelas operações		<b>46.623,80</b>	<b>5.464,66</b>
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		- 1.395,44	- 851,78
Outros recebimentos/ pagamentos		19.449,68	137.159,07
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>64.678,04</b>	<b>141.771,95</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		- 204.139,37	- 16.948,40
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>- 204.139,37</b>	<b>- 16.948,40</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		423.028,00	46.500,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		- 181.020,15	- 79.822,89
Juros e gastos similares		- 96.293,70	- 95.013,56
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>145.714,15</b>	<b>- 128.336,45</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>6.252,82</b>	<b>- 3.512,90</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	<b>19.751,64</b>	<b>23.264,54</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>26.004,46</b>	<b>19.751,64</b>



## ANEXO

### 1. Identificação da Entidade

#### 1.1. Designação da entidade

NORDESTE ACTIVO – Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas, E.M., S.A.

#### 1.2. Sede

Rua Dr. Manuel João da Silveira, n.º 1 A, freguesia e concelho de Nordeste

#### 1.3. Natureza da atividade

A NORDESTE ACTIVO, E.M., S.A. é uma entidade empresarial local de gestão de serviços de interesse geral, pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal e sob a forma de sociedade anónima, constituída em 5 de setembro de 2005. A entidade tem como objeto social:

- a) A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste;
- b) A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas.

Em complemento daquelas atividades, poderá a Empresa Municipal exercer, diretamente ou em colaboração com terceiros, atividades acessórias ou subsidiárias da exploração e gestão, bem como outros ramos de atividade conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do seu objeto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

A entidade encontra-se, portanto, registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, e 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos e 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória, como atividades secundárias.

#### **1.4. Designação e sede da empresa-mãe final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas**

O capital social da entidade, no valor de 50.000,00€, é totalmente detido pela Câmara Municipal de Nordeste sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, local onde pode ser obtidas as demonstrações financeiras consolidadas.

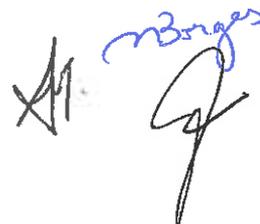
## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e da especialização dos exercícios (regime de acréscimo) e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em conformidade com as disposições em vigor em Portugal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, e altera o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, republica o Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprova os modelos das demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, com a homologação da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística;



As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e integram o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

**2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas, e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que provocassem efeitos nas demonstrações financeiras, pelo que as mesmas apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

**2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2016, incluídas nas demonstrações financeiras anexas para efeitos comparativos, apresentam-se em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

**3. Principais Políticas Contabilísticas:**

A entidade aplica as suas políticas contabilísticas consistentemente para transações semelhantes, outros acontecimentos e condições, permitindo não só que as demonstrações financeiras proporcionem informação fiável e relevante sobre os efeitos das mesmas na posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa, mas também permitindo que tal informação seja comparável ao longo do tempo.

As demonstrações financeiras anexas, elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as NCRF, foram preparadas no pressuposto da continuidade.

**3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:**

Os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração de resultados utilizando as bases de mensuração constantes da Estrutura Conceptual enquanto parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e de acordo com as disposições de cada NCRF para o efeito.

### **Ativos fixos tangíveis**

Determinado item é reconhecido como ativo quando diga respeito a um recurso controlado pela entidade, como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros.

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciable dos AFT imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Existindo algum indício de uma alteração significativa da vida útil de determinado item do AFT é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expetativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos do ativo fixo tangível são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gastos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### **Ativos Intangíveis**

Os itens do ativo intangível são classificados para reconhecimento como um ativo se, e apenas se, forem identificáveis. Um ativo satisfaz o critério de identificabilidade na definição de um ativo intangível quando:

- a) For separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou
- b) Resultar de direitos contratuais ou de outros legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Um ativo intangível é inicialmente mensurado pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

Um ativo intangível com uma vida indefinida não é amortizado, sendo revistos a cada período os acontecimentos e circunstâncias que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

### **Imparidade de ativos**

À data de cada relato financeiro, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade de ativos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)” ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciables.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do Ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada Ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as mesmas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica supra referida sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores. Não é permitida a reversão de imparidade em instrumentos de capital próprio.

### **Inventários**

Os inventários são ativos (a) detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial; (b) no processo de produção para tal venda; ou (c) na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de compra de inventários inclui o preço de compra, direitos de importação e outros impostos (que não sejam os subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade), os custos de transporte, manuseamento e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

### **Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Quando um ativo financeiro ou um passivo financeiro é inicialmente reconhecido, uma entidade deve mensurá-lo pelo seu justo valor. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja ao justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros deverá ser, em cada data de relato, reconhecidas na demonstração de resultados pelo justo valor, exceto:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados a e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado

menos perdas por imparidade, e a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam i) de montante fixo, ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Exemplos de instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado:

- Clientes e outros créditos a receber ou outras dívidas a pagar, bem como empréstimos bancários;
- Investimentos em obrigações não convertíveis;
- Créditos a receber ou dívidas a pagar em moeda estrangeira, porém, qualquer alteração no montante a pagar ou a receber devido a alterações cambiais é reconhecida na demonstração de resultados;
- Empréstimos a subsidiárias ou associadas que sejam exigíveis; ou
- Um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emitente incumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida.

Na categoria de instrumentos financeiros incluem-se os seguintes ativos e passivos financeiros:

**a) Clientes e outras dívidas de terceiros**

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

No final de cada período de relato financeiro são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

#### **b) Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos bancários, mensurados pelo seu valor nominal, e mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

#### **c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### **Custos dos Empréstimos Obtidos**

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

#### **Locações**

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.



### **Rédito**

O rédito é o rendimento que surge no decurso das atividades ordinárias de uma entidade, como sejam vendas, prestações de serviços, juros, dividendos e royalties.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- c) A fase de acabamento da transação à data do Balanço possa ser mensurada com fiabilidade;
- d) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

### **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no

balanço; procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

### **Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

### **Acontecimentos Subsequentes**

Os acontecimentos após a data do balanço são aqueles subsequentes, favoráveis e desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão. Poderão ser identificados dois tipos de acontecimentos: os que dão lugar a ajustamentos e que, como tal, proporcionam prova de condições que existiam à data do balanço; e os que não dão lugar a ajustamentos, sendo indicativos de condições que surgiram após a data do balanço e que, como tal, devem ser divulgados.

### **Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui



diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos, ativos e passivos, são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, a menos que resultem do reconhecimento inicial do *trespasse (goodwill)*, do reconhecimento inicial de um Ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento da transação, nem o lucro contabilístico (perda contabilística) nem o lucro tributável (perda fiscal).

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

### **Fluxos de Caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

### **Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos com férias e subsídio de férias são registados como gasto do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data de relato financeiro foram estimados e incluídos na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

### **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras dívidas a pagar” ou “Outros créditos a receber”.

### **3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes.**

Todas as políticas contabilísticas relevantes foram mencionadas no ponto anterior.

### **3.3. Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram mais impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.**

Na preparação das demonstrações financeiras, o órgão de gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

**3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

**3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos durante o período contabilístico seguinte.**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas a entidade adotou certos pressupostos e estimativas envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão tiveram por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas na elaboração de tais estimativas. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análise de imparidades, nomeadamente, de créditos a receber;
- c) Gastos com pessoal referentes a férias/ subsídio de férias a pagar no exercício seguinte.

#### **4. Fluxos de Caixa**

##### **4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, “caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo. À data de relato financeiro não existem saldos de caixa e seus equivalentes que

não estejam disponíveis para uso. A quantia escriturada e movimentos do período de caixa e seus equivalentes decompõem-se conforme se apresenta:

	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Débitos</b>	<b>Créditos</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	379,38	650.717,09	649.710,29	<b>1.386,18</b>
Depósitos à Ordem	19.372,30	1.115.347,57	1.110.101,59	<b>24.618,28</b>
Outros Depósitos Bancários				
<b>Total de Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>19.751,68</b>			<b>26.004,46</b>
Dos quais: Depósitos bancários no exterior				

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da entidade.

## **5. Partes relacionadas**

Uma parte está relacionada com uma entidade se:

(a) Direta, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, a parte:

- Controlar, for controlada por ou estiver sob o controlo comum de uma entidade;
- Tiver um interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou
- Tiver um controlo conjunto sobre a entidade.

(b) A parte for uma associada ou um empreendimento conjunto em que a entidade seja o empreendedor de acordo com a NCRF 13 – Interesses em empreendimentos conjuntos e interesses em associadas; ou

(c) A parte for membro do pessoal chave da gestão da entidade ou da sua empresa-mãe.

### **5.1. Relacionamento com empresas-mãe**

A Nordeste Activo, E.M., S.A. é detida em 100% pela Câmara Municipal de Nordeste, contribuinte número 512 042 659, sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, sendo as demonstrações financeiras consolidadas na mesma. A empresa-mãe imediata é a controladora final tendo a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras que são disponibilizadas para uso público.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

As entidades que participam no capital da entidade declarante e as entidades em que a mesma participa apresentam-se, resumidamente, com as seguintes características:

**Entidades que participam no capital da empresa declarante**

NIF	512 042 659
Denominação	Câmara Municipal de Nordeste
Sede	Praça da República, Nordeste
Participação imediata no capital social - valor	50,000.00 €
Participação imediata no capital social - %	100%
Participação de direitos de voto - %	100%
Data de início da participação no capital da empresa	05-09-2005
É a entidade controladora final?	Sim

**Entidades em que a empresa declarante participa**

NIF	512 092 095
Denominação	Gedernor - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos e Turísticos do Nordeste, S.A.
Sede	Rua António Alves de Oliveira, 46, Nordeste
Natureza da relação	Associada
Consolidação de Contas do Grupo	Sim
Método de Consolidação de Contas	Método de Equivalência Patrimonial
Capital Próprio	Sem informação financeira
Resultado Líquido do último exercício	Sem informação financeira
Participação imediata no capital social - valor	24,500.00 €
Participação imediata no capital social - %	49%
Participação de direitos de voto - %	49%
Data de início da participação no capital da empresa	23-09-2005

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedernor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

**5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão**

**a) Total de remunerações**

Considerando que uma parte está relacionada com uma entidade se a mesma for membro do pessoal chave da gestão da entidade ou da sua empresa-mãe, importa fazer referência às remunerações do pessoal chave de gestão que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram as seguintes:

<b>Remuneração</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Benefícios de curto prazo dos empregados	41.260,54	47.386,63
Benefícios pós-emprego		
Outros benefícios de longo prazo		
Benefícios por cessação de emprego		
Pagamentos com base em acções		
<b>Total</b>	<b>41.260,54</b>	<b>47.386,63</b>

### **5.3. Transações entre partes relacionadas**

A Câmara Municipal do Nordeste financia, através de contratos programa plurianuais, algumas das atividades desenvolvidas pelo Nordeste Activo, E.M., S.A. de acordo com:

- Contrato Programa celebrado a 7 de julho de 2005, tendo por objeto a criação, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, gestão e conservação das infraestruturas desportivas e turísticas constituídas pelo complexo de piscinas cobertas do Nordeste, do campo de golfe do Nordeste e demais equipamentos desportivos e urbanos envolventes, do parque temático da Lomba da Fazenda e dos equipamentos turísticos da Foz da Ribeira do Guilherme, bem como a definição de um conjunto de atribuições e responsabilidades do Nordeste Activo, E.M., S.A. na prossecução do seu objeto social.
- Contrato Programa ao Investimento e à Exploração celebrado a 2 de janeiro de 2007, destinado a manter e desenvolver a rede de captação e distribuição de água para consumo público bem como a rede de recolha, tratamento e rejeição de efluentes.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 as transações de natureza comercial e os saldos pendentes com partes relacionadas eram, resumidamente, os que se apresentam:

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

	Rubrica	Empresa-mãe - CMN	Associada - Gedernor
2017	Serviços Obtidos	-	-
	Serviços Prestados	42.683,97	-
	Subsídios à Exploração Obtidos	-	-
	Contas a Pagar Correntes	33.870,00	-
	Contas a Receber Correntes	129.823,43	282.013,31
2016	Serviços Obtidos	-	-
	Serviços Prestados	51.202,71	-
	Subsídios à Exploração Obtidos	182.669,00	-
	Contas a Pagar Correntes	-	-
	Contas a Receber Correntes	-	282.013,31

No exercício de 2015 foi reconhecida a imparidade dos saldos devedores da Associada Gedernor, S.A. considerando a situação de insolvência em que se encontra. Por decisão da Administração da empresa, aquele ajustamento foi levado a resultados transitados.

## 6. Ativos Fixos Tangíveis

### 6.1. Divulgações sobre Ativos Fixos Tangíveis

#### a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida.

Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

#### b) Métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As depreciações do exercício, no

montante de 111.699,40€ (198.486,18€ em 2016) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização”.

**c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas**

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho. Para bens de investimento de valor reduzido (inferior a 1.000,00€) assumiu-se a vida útil de um ano.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<b>Ativo fixo tangível</b>	<b>Vida útil estimada</b>
<b>Terrenos e Recursos Naturais</b>	n/a
<b>Edifícios e Outras Construções</b>	Entre 4 e 50 anos
<b>Equipamento Básico</b>	Entre 4 e 50 anos
<b>Equipamento de Transporte</b>	Entre 4 e 10 anos
<b>Equipamento Administrativo</b>	Entre 3 e 8 anos
<b>Outros Ativos Fixos Tangíveis</b>	Entre 3 e 10 anos

**d) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.**

	Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	234.369,50	2.195.113,10	1.324.398,19	487.205,99	16.519,40	38.471,03	360.218,13	4.666.295,34
2	Depreciações acumuladas iniciais	-	355.081,46	627.584,34	314.124,03	16.519,40	28.981,70	-	1.342.291,13
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-	-	-	-
4	Quantia líquida escriturada inicial (4=1-2-3)	234.369,50	1.840.031,64	696.813,68	173.081,96	-	9.489,33	360.218,13	3.314.084,21
5	Movimentos do período: (5=5.1-5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	- 50.315,00	- 1.109.297,65	- 505.839,85	- 24.824,62	-	1.891,69	25.200,00	- 1.665.368,53
5.1	Total das aquisições	-	519.634,09	551.597,02	43.836,11	-	8.831,85	25.200,00	1.149.119,07
	Aquisições em 1.º mão	-	333.870,00	160.282,99	14.836,05	-	636,26	25.200,00	534.825,31
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-
	Eliminação de custos de desmantelamento e remoção	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	-	-	-
	Acréscimo por reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras	-	185.764,09	391.314,03	29.020,05	-	8.195,59	-	614.293,76
5.2	Total das diminuições	50.315,00	1.628.931,74	1.056.636,87	67.889,73	-	10.723,54	-	2.814.487,88
	Depreciações	-	46.215,57	19.273,74	44.380,73	-	1.829,36	-	111.699,40
	Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alienações	50.315,00	1.582.716,17	1.026.325,80	23.500,00	-	8.894,18	-	2.691.745,35
	Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras	-	-	11.040,13	-	-	-	-	11.040,13
5.3	Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
5.4	Transferências de AFT em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
5.5	Transferências de/para activos não correntes de/idos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
5.6	Outras transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
6	Quantia líquida escriturada final (6=4+5)	184.054,50	730.733,99	191.773,80	149.057,34	-	7.597,64	385.418,13	1.648.635,40
7	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida	-	-	-	-	-	-	-	-

As obrigações financeiras por locações de ativos fixos tangíveis são garantidas pela entrega de livrança a favor do Locador, com montante e data de vencimento em branco, ficando o locador com a faculdade de proceder ao respetivo preenchimento de acordo com o estipulado na Autorização de Preenchimento de Livrança.

À data de relato financeiro a empresa apresentava um saldo de 385.418,13€ (360.218,13€ em 2016) em investimentos em curso discriminado como se apresenta:

i)	Reabilitação e Adaptação do Complexo Desportivo da Fazenda	42.750,00€
ii)	Construção da Adutora da Tronqueira	67.737,50€
iii)	Mini Golfe de São Pedro Nordestinho	67.350,00€
iv)	Construção de Reservatório na Vila do Nordeste	6.405,62€
v)	Execução de Estações de Tratamento de Água	30.780,00€
vi)	Construção da Adutora à Lomba da Fazenda	77.085,01€
vii)	Reforço de Abastecimento de Água à Salga	74.970,00€
viii)	Reformulação de Rede de Águas do Concelho	6.640,00€
ix)	Saneamento Águas Residuais Santana	11.700,00€

O Conselho de Administração continua a manifestar intenção de investimento em cada projeto em curso.

## 7. Ativos Intangíveis

**a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta**

Os itens do ativo intangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

**b) Métodos de depreciação usados**

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

**c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas**

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de Computador	3 anos

**d) Quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no começo e fim do período e reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as alienações, os abates e as amortizações:**


Descrição	Programas de Computador	Total
<b>Com vida útil indefinida:</b>		
1	Quantia bruta escriturada inicial	
2	Perdas por imparidade acumuladas	
3	Quantia líquida escriturada final	
<b>Com vida útil finita:</b>		
4	Quantia bruta escriturada inicial	10.266,00
5	Amortizações acumuladas iniciais	10.266,00
6	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	
7	Quantia líquida escriturada inicial (7= 4-5-6)	
8	Movimentos do período: (8=8.1-8.2+8.3+...+8.6)	
8,1	Total das adições	
8,2	Total das diminuições	
8,3	Reversões de perdas por imparidade	
8,4	Transferências de intangíveis em curso	
8,5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda	
8,6	Outras transferências	
9	Quantia líquida escriturada final (9=7+8)	
10	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida	

## 8. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

### 8.1 Investimentos em associadas

O investimento na associada Gedemor, S.A. foi, inicialmente, registado pelo seu custo e, posteriormente, por indicação do Conselho de Administração, desreconhecido com reflexo nos capitais próprios na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros”, na sequência dos resultados apresentados nos últimos exercícios económicos e, conseqüentemente, do valor do seu capital próprio. A quota-parte nas perdas foi reconhecida até ao montante do investimento efetuado sem que se tenha reconhecido perdas adicionais uma vez que não se verificaram condições que o justificassem.

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedemor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

**a) Informação sobre as quantias escrituradas e movimentos no período decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial**

A participada tem registado resultados líquidos insuficientes sem que outras alterações no seu capital próprio se tenham verificado a ponto de o mesmo se tornar positivo, pelo que não se verificaram quaisquer movimentos no período decorrentes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, mantendo-se a participação com valor nulo.

**9. Inventários**

**9.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada**

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o preço de compra, o transporte e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”. Os inventários são mensurados ao custo médio de aquisição.

**9.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas; Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período; Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período**

Descrição	2017			2016		
	Merchandórias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Merchandórias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	853,64	42.771,96	43.625,60	853,64	44.124,81	44.978,45
Compras	1.210,67	19.497,38	20.708,05	3.966,47	9.993,82	13.960,29
Reclassificação e regularização de inventários					(1.798,87)	(1.798,87)
Inventários finais	129,76	47.242,25	47.372,01	853,64	42.771,96	43.625,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.934,55	15.027,09	16.961,64	3.966,47	9.547,80	13.514,27
Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:						
Ajustamentos/ perdas por imparidade do período em inventários						
Ajustamentos/ perdas por imparidade acumuladas em inventários						
Reverso de ajustamentos/ perdas por imparidade do período em inventários negociantes)						
Inventários duídos como penhor de garantia a passivos						
Merchandórias em trânsito						
Adiantamentos por conta de compras						
Quantias (líquidas) escrituradas de inventários	129,76	47.242,25	47.372,01	853,64	42.771,96	43.625,60

*Ariz*  
*Borges*  
*J*

## 10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**10.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

**10.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.**

### a) Cientes

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Durante os exercícios de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes perdas e reversões de imparidade:

Descrição	2017			2016		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL
Dívidas a receber de clientes	- 5.836,37		- 5.836,37	- 23,32		23,32
Outras dívidas a receber			-			-
TOTAL	- 5.836,37	-	- 5.836,37	-	- 23,32	23,32

À data de relato financeiro o saldo de clientes totalizava 96.490,28€ (98.901,46€ em 2015) incluindo clientes de cobrança duvidosa que apresentam os seguintes montantes:

Descrição	Valor
<b>Em mora:</b>	
<b>Há menos de seis meses</b>	
<b>Há mais de seis meses e até doze meses</b>	1.178,03
<b>Há mais de doze meses e até dezoito meses</b>	999,50
<b>Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses</b>	185,27
<b>Há mais de vinte e quatro meses</b>	285.600,64
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>	- 286.533,85
<b>TOTAL</b>	<b>1.429,59</b>

#### b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos à ordem e a prazo registados pelo seu valor nominal, conforme se apresenta:

Descrição	2017	2016
<b>Caixa e depósitos bancários</b>		
<b>Ativos</b>		
Caixa	1.386,18	379,38
Depósitos Bancários	24.618,28	19.372,26
Outros Depósitos Bancários		
<b>Total</b>	<b>26.004,46</b>	<b>19.751,64</b>

#### c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

À data de relato financeiro o saldo de fornecedores totalizava 129.321,36€ (76.340,04€ em 2016).

#### d) Decomposição dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 os instrumentos financeiros apresentavam, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2017				2016		
	Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Imparidades acumuladas
<b>Ativos Financeiros:</b>	<b>997,01</b>	<b>2.505.367,92</b>	<b>-</b>	<b>286.533,85</b>	<b>624,51</b>	<b>388.516,21</b>	<b>280.697,48</b>
Clientes		383.024,13		286.533,85		379.598,94	280.697,48
Outros créditos a receber		2.122.343,79				5.917,27	
Outros investimentos financeiros	997,01				624,51		
<b>Passivos Financeiros:</b>	<b>-</b>	<b>2.430.896,33</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.088.536,29</b>	<b>-</b>
Fornecedores		129.321,36				76.340,04	
Financiamentos obtidos		1.813.930,00				1.580.895,48	
Outras dívidas a pagar		487.644,97				431.300,77	

#### e) Outros Investimentos Financeiros

Os montantes incluídos na rubrica de “outros investimentos financeiros” respeitam ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) criado pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto e mensurado ao justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados na rubrica de “aumentos/ reduções de justo valor”.

Para valorização considerou-se o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo assumindo-o como referencial prático para o efeito, à data de 31/12/2017:

Descrição	Entregas FCT	Valor Unitário do Fundo a 31/12/2017	Valorização FCT
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) até 31/12/2016	947,77	1,05195	997,01
<b>TOTAL</b>	<b>947,77</b>		<b>997,01</b>

À data de relato financeiro a rubrica de “aumentos/reduções de justo valor” apresentava, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2017		2016	
	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor
<b>Outro Investimentos Financeiros:</b>				
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)		49,24		18,02
<b>Total</b>		<b>49,24</b>		<b>18,02</b>

Considerando que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada gasto/ rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade empregadora, há lugar ao reconhecimento de impostos diferidos que à data de relato financeiro apresentavam a seguinte decomposição:

	2017	2016
<b>Aumento de justo valor</b>	49,24	18,02
<b>Redução de justo valor</b>		
	49,24	18,02
<b>Passivo por Impostos diferidos</b>	- 8,27	- 3,03
<b>Ativo por Impostos diferidos</b>		

#### f) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo custo. O valor dos empréstimos contraídos e reconhecidos à data do balanço era o que se apresenta:

Descrição	Valor atual do empréstimo		Custos de empréstimos obtidos anuais	Dos quais Juros Suportados
	Corrente	Não Corrente		
<b>Empréstimos genéricos:</b>				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	1.352.725,92	461.204,08	96.293,70	78.006,89
Mercado de valores mobiliários				
<b>Participantes de capital:</b>				
Empresa-mãe - suprimentos e outros mútuos				
Outros participantes - suprimentos e outros mútuos				
<b>Dos quais: Empresas participantes</b>				
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos				
<b>TOTAL</b>	<b>1.813.930,00</b>		<b>96.293,70</b>	<b>78.006,89</b>
<b>Dos quais: não residentes</b>				

Os movimentos registados no exercício relacionados com o reforço e/ou amortização de financiamentos obtidos foram os que, resumidamente, se apresentam:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Reforços	Amortizações	Quantia escriturada final
<b>Contas Correntes Caucionadas:</b>				
Santander Totta	228.500,00	110.000,00	90.000,00	248.500,00
Novo Banco dos Açores, S.A.	263.100,00	163.000,00		426.100,00
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	580.000,00			580.000,00
<b>Empréstimos ao Investimento:</b>				
BANIF, S.A.	105.416,71		9.166,66	96.250,05
Caixa Económica Montepio Geral, S.A.	350.068,19		67.025,91	283.042,28
Santander Totta	42.155,88		8.894,15	33.261,73
NB Açores n.º 2371		150.028,00	3.252,06	146.775,94
<b>Locações Financeiras:</b>				
Novo Banco, S.A. - Viatura Ligeira de Mercadorias	2.681,37		2.681,37	
<b>Total</b>	<b>1.529.766,27</b>	<b>273.000,00</b>	<b>168.873,94</b>	<b>1.813.930,00</b>

De acordo com a Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal com referência a 31 de dezembro de 2017 o valor das garantias prestadas, por instituição bancária era de:

- Caixa Económica Montepio Geral, S.A. (Outras Garantias)

50.000,00€

*m Borges*  
*AM* *J*

### **10.3 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização**

Em 31 de dezembro de 2017 o capital da entidade, totalmente subscrito e realizado, no valor de 50.000,00€ era composto por cinquenta mil ações ordinárias com o valor nominal de um euro cada.

#### **1) Reserva Legal**

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual positivo tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2017 a reserva legal ascendia a 2.776,34€ (2.776,34€ em 2016).

### **11. Custos dos Empréstimos Obtidos**

#### **11.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos**

Os custos com empréstimos obtidos, apurados de acordo com a taxa de juro efetiva, são reconhecidos como gasto na demonstração de resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

#### **11.2. Quantia de custos de empréstimos obtidos anual suportada**

No período de relato financeiro os custos anuais suportados com financiamentos obtidos, reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam na rubrica “Juros e gastos similares suportados” de acordo com o pressuposto do acréscimo, foram os que se apresentam:

Descrição	2017	2016
Juros Suportados	78.006,89	79.823,14
Outros Gastos de Financiamento	18.286,81	15.303,75
<b>Total</b>	<b>96.293,70</b>	<b>95.126,89</b>

## 12. Locações

### 12.1. Locações financeiras

#### a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo.

À data do relato financeiro, a quantia escriturada líquida de cada categoria de ativo adquirido em regime de locação decompõe-se da seguinte forma:

Quantia escriturada	Activos Fixos Tangíveis
Quantia bruta escriturada inicial	34.540,13
Depreciações acumuladas	30.400,10
Perdas por imparidades e reversões	-
Quantia líquida escriturada final	4.140,03

#### b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente para cada um dos seguintes períodos:

	Pagamentos futuros	Activos Intangíveis	Activos Fixos Tangíveis	Total
5	Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço:			
5	Até um ano			
5	De um a cinco anos			
5	Mais de cinco anos			
6	Valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos da locação:			
6	Até um ano			
6	De um a cinco anos			
6	Mais de cinco anos			
7	Rendas contingentes reconhecidas como gasto do período			
8	Total dos futuros recebimentos mínimos de sublocação à data do balanço			
9	Valor dos pagamentos reconhecidos como gastos do período			

#### c) Responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade.

Em 31 de dezembro de 2017 não há relativas a locações financeiras.

## 13. Rédito

13.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

*m. Borges*

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro.

Os restantes rendimentos são registados de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

### 13.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

O rédito reconhecido pela entidade nos exercícios de 2017 e 2016 detalha-se como se apresenta:

Rubricas	2017	2016
<b>Vendas</b>		
Água	312.269,66	314.484,30
Valorização Resíduos	2.704,27	64.510,63
Artigos Posto Turismo	34.085,04	3.535,95
Diversos	1.846,15	
<b>Serviços</b>		
Resíduos Sólidos	114.169,06	112.348,59
Tarifa Disponibilidade	87.012,69	86.380,12
Deposição Resíduos	42.683,97	52.314,42
Outros Serviços	15.511,05	39.598,31
<b>TOTAL</b>	<b>610.281,89</b>	<b>673.172,32</b>

## 14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

### 14.1. Passivos contingentes à data do Balanço

No decurso do exercício de 2014 a entidade tornou público, de harmonia com a deliberação do Conselho de Administração, que iria proceder à alienação e arrematação em Hasta Pública da participação social, correspondente a 49%, de que é titular na empresa Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A.

Em 28 de janeiro de 2015 a Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A. apresenta a sentença de declaração de insolvência e nomeia o administrador

judicial no processo de insolvência. Contudo, por decisão do Conselho de Administração, tendo por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como a experiência adquirida até então, no exercício de 2014 não foram considerados créditos de cobrança duvidosa.

Em 2017 os saldos da Gerdernor, S.A., cliente c/c (280.637,86€) foram considerados de cobrança duvidosa, tendo sido reconhecida a respetiva imparidade a 100% através de resultados transitados, de acordo com a decisão do Conselho de Administração.

## **15. Subsídios do Governo e Apoios do Governo**

### **15.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando haja segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e os mesmos serão, efetivamente, recebidos.

Os subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos numa base sistemática durante o período necessário para serem “balanceados” com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis são, inicialmente, contabilizados no capital próprio. Subsequentemente, os subsídios relacionados com ativos depreciables são imputados como rendimentos durante a vida do ativo, os subsídios relacionados com ativos não depreciables são mantidos no capital próprio, a menos que se reconheça uma perda por imparidade do ativo, sendo, neste caso, transferidos para rendimentos pela parcela necessária para compensar a perda por imparidade.

A contabilização dos subsídios do Governo no capital próprio implica o reconhecimento de um ajustamento em subsídios, no montante correspondente ao imposto a que estarão sujeitos quando reconhecido o rendimento, evitando, desta forma, uma distorção do capital próprio. Este ajustamento é debitado diretamente no capital próprio por contrapartida de uma conta de credores diversos, conforme entendimento da Comissão de Normalização Contabilística, de abril de 2013. Assim sendo, à data de 31 de dezembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016 a entidade apresentava os seguintes montantes de subsídios ao investimento e respetivo ajustamento:

	2017	2016
Subsídios ao Investimento	2.288.575,09	2.136.595,36
Ajustamentos em Subsídios	- 384.480,69	- 358.948,07
<b>Total de "Outras variações no capital próprio"</b>	<b>1.904.094,40</b>	<b>1.777.647,29</b>

De acordo com a redação da Lei n.º 82 B/2014, de 31 de dezembro, a taxa de IRC passa a ser de 21% com uma redução de 20% aplicável à RAA e prevista no artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro. Desta forma, os ajustamentos em subsídios foram reconhecidos à taxa de 16,80%, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015.

## 15.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente a entidade beneficiou.

A entidade tem vindo a beneficiar de subsídios atribuídos ao abrigo do Proconvergência que são reconhecidos nas demonstrações financeiras com o detalhe que se apresenta:

Descrição	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Saldo Final
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	
1 Subsídios relacionadas com activos/ao investimento (1=1.1+1.2+1.3)	4.124.259,59	1.835.684,50	2.288.575,09
1,1 Activos fixos tangíveis (1.1=1.1.1+1.1.2+...+1.1.7)	4.124.259,59	1.835.684,50	2.288.575,09
1.1.1 Terrenos e recursos naturais	25.500,00		25.500,00
1.1.2 Edifícios e outras construções	3.301.800,15	1.218.975,64	2.082.824,51
1.1.3 Equipamento básico	757.027,01	606.725,77	150.301,24
1.1.4 Equipamento de transporte	39.932,43	9.983,09	29.949,34
1.1.5 Equipamento administrativo			
1.1.6 Equipamentos biológicos			
1.1.7 Outros			
2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração		129.823,43	
3 Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3=3.1+3.2)			
3,1 Subsídios relacionados com activos ao investimento			
3,2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração			
4 TOTAL (4=1+2+3)	4.124.259,59	1.965.507,93	2.288.575,09

## 16. Acontecimentos após a Data do Balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de março de 2016.

Após a data do balanço não houve acontecimento de eventos ocorridos que afetassem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

## 17. Imposto sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2014 a 2017 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da entidade entende que as correções resultantes de eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas.

A entidade é tributada através do regime geral de tributação sendo a estimativa de imposto sobre o rendimento registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais. À data de relato a taxa de imposto é aplicada de acordo com o artigo 87.º do CIRC, com uma redução de 20% de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro, que altera o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, portanto, uma taxa de 16,8% considerando que a entidade não é qualificada como pequena ou média empresa, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/207, de 6 de novembro.

#### **17.1. Divulgação separada dos principais componentes de gasto (rendimentos) de impostos.**

O gasto de imposto (rendimento de imposto) é a quantia agregada incluída na determinação do resultado líquido do período respeitante a impostos correntes e impostos diferidos sendo que, impostos correntes dizem respeito à quantia a pagar (a recuperar) de impostos sobre o rendimento respeitantes ao lucro (perda) tributável de um período, e impostos diferidos dizem respeito à quantia decorrente da existência de diferenças entre a quantia escriturada de um ativo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação.

<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
<b>Resultado contabilístico do período</b>	-
<b>Imposto corrente do período</b>	<b>2.196,90</b>
<b>Coleta</b>	872,81
<b>Tributações autónomas</b>	1.237,92
<b>Derrama</b>	86,17
<b>Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias</b>	8,27
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>	<b>2.205,17</b>
<b>Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento</b>	

*mBorges*

**17.2. Relacionamento entre gasto (rendimentos) de impostos e lucro contabilístico**

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados é como segue:

<b>Resultado contabilístico do período</b>	-
<b>Diferenças permanentes:</b>	5.744,35
<b>Diferenças temporárias:</b>	
<b>Resultado fiscal (a)</b>	5.744,35
<b>Dedução de Prejuízos (b)</b>	
<b>Matéria coletável (c)</b>	5.744,35
<b>Coleta (d)</b>	872,81
<b>Impostos Diferidos (e)</b>	8,27
<b>Tributação Autónoma (f)</b>	1.237,92
<b>Derrama (g)</b>	86,17
<b>Imposto registado na demonstração de resultados</b>	2.205,17

O resultado fiscal é o resultado de um período determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades fiscais sobre o qual são pagos impostos sobre o rendimento:

(a)

<b>Resultado contabilístico do período</b>	-
<b>Diferenças permanentes:</b>	5.744,35
<b>Diferenças temporárias:</b>	
<b>Resultado Fiscal</b>	5.744,35

De acordo com o art.º 52.º do CIRC a entidade pode deduzir ao lucro tributável os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores, dedução que não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável:

(b)

<b>Prejuízos Fiscais dedutíveis</b>	549,06
<b>Resultado Fiscal</b>	5.744,35
<b>70% do Resultado Fiscal</b>	4.021,05
<b>Prejuízos Fiscais deduzidos</b>	- 549,06
<b>Matéria coletável</b>	5.195,29

Quando haja prejuízos fiscais dedutíveis, a matéria coletável resulta da dedução de prejuízos fiscais ao resultado tributável:

<b>(c)</b>	
<b>Resultado Fiscal</b>	5.744,35
<b>Prejuízos Fiscais deduzidos</b>	- 549,06
<b>Matéria Coletável</b>	5.195,29

A coleta corresponde ao resultado do produto da taxa de imposto aplicável pela matéria coletável apurada.

<b>(d)</b>	
<b>5.195,29 * 0,21 * 0,80</b>	872,81
<b>Coleta apurada</b>	872,81

A aplicação do justo valor ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica o reconhecimento de impostos diferidos uma vez que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade:

<b>(e)</b>	
<b>Ganhos por Aumentos de Justo Valor reconhecidos no exercício</b>	49,24
<b>Perdas por Redução de Justo Valor reconhecidos no exercício</b>	
<b>Taxa nominal de imposto</b>	16,80%
	8,27

As tributações autónomas têm a seguinte decomposição:

<b>(f)</b>	
<b>Despesas Representação</b>	446,80
<b>Taxa de tributação autónoma</b>	0,08
<b>Gastos com Viat.Lig. Passageiros superior a €25.000,00 inferior a €35.000,00</b>	5.437,01
<b>Taxa de tributação autónoma</b>	0,22
<b>Despesas não documentadas</b>	15,09
<b>Taxa de tributação autónoma</b>	0,40
	1.237,92

*m3orges*  
 

A entidade está também sujeita e não isenta ao imposto da Derrama de 1.5%, aplicável a sujeitos passivos sediados no concelho de Nordeste e com um volume de negócios superior a €150.000,00, incidindo sobre o lucro tributável apurado no exercício:

(g)

<b>Resultado tributável do período</b>	<b>5.744,35</b>
<b>Taxa de derrama</b>	<b>1,50%</b>
	<b>86,17</b>

Os impostos diferidos ativos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos pela entidade aquando do apuramento de prejuízos fiscais por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros, suficientes para a sua utilização.

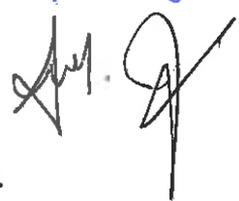
#### **18. Benefícios dos Empregados**

O número médio de pessoas ao serviço da entidade no decorrer do exercício e as respetivas horas trabalhadas no ano de 2017 foram as que se apresentam:

Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
<b>Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas</b>	<b>20</b>	<b>33.600</b>
<b>Pessoas remuneradas ao serviço da empresa</b>	20	33.600
<b>Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa</b>		
<b>Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário</b>		
<b>Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo</b>	20	33.600
<b>Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo</b>	20	33.600
<b>Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial</b>		
<b>Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial</b>		
<b>Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:</b>		
<b>Homens</b>	15	25.200
<b>Mulheres</b>	5	8.400
<b>Pessoas ao serviço da empresa, das quais:</b>		
<b>Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento</b>		
<b>Prestadores de serviços</b>		
<b>Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário</b>		

Os gastos com pessoal nos exercícios de 2017 e 2016 repartem-se de acordo com as seguintes rubricas:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>347.588,63</b>	<b>434.112,22</b>
<b>Remunerações dos órgãos sociais</b>	33.616,39	38.491,18
<b>Das quais: participação nos lucros</b>		
<b>Remunerações do pessoal</b>	245.827,24	303.030,50
<b>Das quais: participação nos lucros</b>		
<b>Benefícios pós-emprego</b>		
<b>Indemnizações</b>		
<b>Encargos sobre remunerações</b>	57.830,11	70.920,62
<b>Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais</b>	4.105,17	4.465,26
<b>Gastos de acção social</b>	5.728,38	10.890,12
<b>Outros gastos com pessoal</b>	481,34	6.314,54
<b>Dos quais:</b>		
<b>Gastos com formação</b>	290,00	1.850,00
<b>Gastos com fardamento</b>	177,29	4.464,54

*mBorges*  


**19. Outras Informações**

**19.1. A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.**

A administração propõe que o resultado líquido negativo no valor de 131.541,53€ seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

**19.2 Outras divulgações (divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).**

**a) Outros Créditos a Receber e outras dívidas a Pagar**

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as rubricas de “Outros créditos a receber” e de “Outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
<b>Outros créditos a receber</b>	<b>2.122.343,79</b>	<b>5.917,27</b>
Fornecedores C/C	101,08	101,08
Fornecedores de investimentos		
Devedores diversos	2.122.242,71	5.816,19
<b>Outras dívidas a pagar</b>	<b>487.644,97</b>	<b>431.300,77</b>
Fornecedores de investimentos	45.581,00	9.503,04
Credores diversos	386.959,13	358.976,51
Credores por acréscimos de gastos	55.068,24	62.732,33
Pessoal	36,60	88,89

**b) Estado e Outros Entes Públicos**

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
<b>Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas</b>	- 1.337,90	- 536,44
<b>Pagamento por Conta</b>	681,00	1.345,00
<b>Pagamento Especial por Conta</b>	178,00	155,94
<b>Estimativa de imposto</b>	- 2.196,90	- 2.037,38
<b>Retenção na fonte por terceiros</b>		
<b>Retenção na fonte a terceiros</b>	- 1.045,00	- 1.522,00
<b>Imposto sobre o valor acrescentado</b>	14.116,50	9.519,05
<b>Contribuições para a Segurança Social</b>	- 5.105,01	- 8.491,66
<b>Contribuições para o FCT</b>	- 2,31	- 2,31
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>14.975,50</b>	<b>9.519,05</b>
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>- 8.349,22</b>	<b>- 10.552,41</b>

À data de relato financeiro a entidade tinha a sua situação tributária e situação contributiva regularizadas.

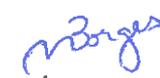
#### c) Diferimentos Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as rubricas do ativo e passivo correntes “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>1.751,36</b>	<b>2.641,53</b>
Seguros antecipados	492,07	1.591,34
Outros	1.259,29	1.050,19
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>-</b>	<b>819,48</b>
Outros	-	819,48

#### d) Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentavam a seguinte decomposição:


Rubrica	2017	2016
<b>Subcontratos</b>	47.013,79	17.435,01
	<b>98.676,10</b>	<b>155.372,96</b>
<b>Trabalhos Especializados</b>	31.637,66	58.258,79
<b>Publicidade e Propaganda</b>	15.886,10	11.463,00
<b>Vigilância e Segurança</b>	5.400,00	257,32
<b>Honorários</b>	7.670,00	24.564,54
<b>Conservação e Reparação</b>	24.406,43	39.619,80
<b>Serviços Bancários</b>	901,62	8.449,13
<b>Outros Serviços Especializados</b>	6.278,99	6.231,94
<b>Taxas ERSARA</b>	6.495,30	6.528,44
	<b>5.353,55</b>	<b>4.409,03</b>
<b>Ferramentas e utensílios Desgaste Rápido</b>	1.202,85	307,30
<b>Material de Escritório</b>	3.808,50	4.101,73
<b>Artigos para Oferta</b>	50,00	
<b>Outros Materiais</b>	292,20	
	<b>33.900,74</b>	<b>38.417,11</b>
<b>Electricidade</b>	9.761,04	10.080,17
<b>Combustíveis</b>	24.139,70	28.320,08
<b>Gás</b>		16,86
	<b>2.792,04</b>	<b>2.369,87</b>
<b>Deslocações e Estadas</b>	2.792,04	2.369,87
	<b>38.080,28</b>	<b>25.118,06</b>
<b>Rendas e Alugueres</b>	15.404,24	814,23
<b>Comunicação</b>	9.217,11	8.550,06
<b>Seguros</b>	5.635,34	8.310,81
<b>Contencioso e Notariado</b>	540,00	591,00
<b>Despesas de Representação</b>	446,80	1.268,84
<b>Limpeza, Higiene e Conforto</b>	650,11	786,75
<b>Outros</b>	5.209,04	4.583,98
<b>Outros Serviços</b>	977,64	212,39
<b>TOTAL</b>	<b>225.816,50</b>	<b>243.122,04</b>

**e) Outros rendimentos**

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2017	2016
Rendimentos suplementares	13.501,02	8.430,66
Rendimentos em invest. não financeiros	6.257,36	
Correções relativas a períodos anteriores	12.420,43	3.476,55
Imputação de subsídios p/Investimento	1.835.684,50	131.571,72
Outros não especificados	39,19	0,85
<b>TOTAL</b>	<b>1.867.902,50</b>	<b>143.479,78</b>

#### f) Outros gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2017	2016
Impostos indiretos	2.644,54	734,50
Taxas	60,00	
Gastos em Inv. não Financeiros	1.794.752,08	
Correções relativas a períodos anteriores	5.532,18	2.119,07
Quotizações	5,00	
Encargos não devidamente documentados	0,76	
Despesas não documentadas	15,09	
Juros Mora	117,66	
Indemnização em danos patrimoniais	500,00	
Insuficiência estimativas para impostos		0,23
Donativos		
Outros não especificados	1,13	186,99
Gastos não aceites fiscalmente	232,38	
<b>TOTAL</b>	<b>1.803.860,82</b>	<b>3.040,79</b>

#### g) Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados dizem respeito a juros de financiamentos obtidos que, nos exercícios de 2017 e 2016, ascenderam a 96.293,709€ e 95.126,89€, respetivamente.

#### g) Capital Próprio

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital	50.000,00			50.000,00
Reservas	2.776,34	-	-	2.776,34
Reservas legais	2.776,34			2.776,34
Outras reservas				-
Resultados transitados	- 420.768,22		9.918,64	- 410.849,58
Ajustamentos em activos financeiros	- 24.500,00			- 24.500,00
Outras variações no capital próprio	1.777.647,30	2.528.560,15	2.655.007,25	1.904.094,40
Subsídios	1.777.647,30	2.528.560,15	2.655.007,25	1.904.094,40
Resultado líquido do período	9.918,64	12.123,81		- 2.205,17
<b>Total</b>	<b>1.395.074,06</b>	<b>2.540.683,96</b>	<b>2.664.925,89</b>	<b>1.519.315,99</b>

**20. Divulgações adicionais para as Entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2º e o n.º 4 do artigo 9º, ambos do Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho**

**20.1 O volume de negócios líquido discriminado por categorias de atividade e mercados geográficos, na medida em que essas categorias e mercados difiram entre si de forma considerável, tendo em conta as condições em que a venda de produtos e a prestação de serviços são organizadas.**

**a) Informação por Atividades Económicas**

A entidade encontra-se registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos, 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória e 93294 – Outras Atividades de Diversão e Recreativas, discriminando-se a atividade económica de 201 por CAE conforme se apresenta:

Descrição	CAE Rev. 36001	CAE Rev. 38112	CAE Rev. 84123/93294	Total
1 Vendas	312.269,66	2.704,27	35.931,19	350.905,12
1,1 Mercadorias	312.269,66	2.704,27	35.931,19	350.905,12
2 Prestações de serviços	97.402,95	156.833,03	5.120,79	259.376,77
3 Compras	19.497,38	-	1.210,67	20.708,05
4 Fornecimentos e serviços externos	65.955,55	79.772,17	80.088,78	225.816,50
5 CMVMC	14.767,57	-	2.194,07	16.961,64
5,1 Mercadorias	-	-	2.194,07	2.194,07
5,2 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	14.767,57	-	-	14.767,57
7 Número médio de pessoas no serviço	8,00	5,00	7,00	20,00
8 Gastos com o pessoal	113.174,60	70.959,39	163.454,64	347.588,63
8,1 Remunerações	93.008,59	59.037,55	127.397,49	279.443,63
8,2 Outros (inclui pensões)	20.166,01	11.921,84	36.057,15	68.145,00
9 Activos fixos tangíveis:				-
9,1 Quantia escriturada líquida final	1.073.599,55	244.896,03	330.139,82	1.648.635,40
9,2 Total de aquisições	343.874,58	165.114,47	636,26	509.625,31
9,3 Das quais: em edifícios o outras construções				-
9,4 Adições no período de ativos em curso	25.200,00	-	-	25.200,00
10 Propriedades de investimento:				-
10 Quantia escriturada líquida final				-
10 Total de aquisições				-
10 Das quais: em edifícios o outras construções				-
10 Adições no período de propriedades de investimentos em curso				-

## b) Informação por Mercados Geográficos

Descrição	Interno	Comunitário	Extracomunitário
1 Vendas	350.905,12		
2 Prestações de serviços	259.376,77		
3 Compras	20.708,05		
4 Fornecimentos e serviços externos	225.816,50		
5 Aquisições de activos fixos tangíveis	534.825,31		
6 Aquisições de propriedades de investimento			
7 Aquisições de activos intangíveis			
8 Rendimentos suplementares	13.501,02		
8,5 Outros	13.501,02		
9 Por memória: Vendas e prestações de serviço (valores não descontados)			
10 Por memória: Compras e FSE (valores não descontados)			

**3.2. Os honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras anuais, e os honorários totais faturados por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, a título de serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria, ou indicação de que essa informação se encontra incluída nas notas do Anexo consolidado da sua empresa-mãe.**

**a) Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas**

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 4.774,28€.

**A Contabilista Certificada**

---

Marina Viveiros Cabral

N.I.F. 229 643 825

Membro OCC 87693

**O Conselho de Administração**

  
Margarida da Conceição Reijo Borges  
